Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2024 Nº 25.682 Preço banca: R$ 3,50

Banco Central eleva estimativa do PIB para 2,3% neste ano

O Banco Central (BC) elevou a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 1,9% para 2,3%, segundo o relatório de inflação do segundo trimestre, divulgado na quinta-feira (27). No primeiro trimestre do ano, o PIB cresceu 0.8%, ritmo considerado "robusto e superior ao esperado" pelo BC. O banco avaliou ainda que as enchentes no Rio Grande do Sul terão um impacto menor na atividade econômica do que o esperado.

Segundo o relatório, no cenário doméstico, a atividade econômica e o mercado de trabalho se mostraram aquecidos, o que contribuiu para a queda no desemprego e aumento nos salários. "Esses fatores justificaram revisão para cima da projeção de crescimento do PIB em 2024, de 1,9% para 2,3%. As enchentes no Rio Grande do Sul causaram expressiva queda na atividade econômica gaúcha, mas já há sinais de recuperação", disse o BC.

Em relação ao cenário externo, a instituição avalia que ambiente se mantém adverso e segue exigindo cautela por parte dos países emergentes. O relatório aponta que permanecem elevadas as incertezas sobre a flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e quanto à velocidade na queda da inflação de forma sustentada em diversos países.

"Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho", diz o relatório. Página 3

Dólar cai para R$ 5,50 após queda na criação de empregos

Página 6

Presidente sanciona taxação de compras internacionais de até 50 dólares

Página 3

Casos de síndrome respiratória aguda grave aumentam em dez estados

O novo boletim do InfoGripe, divulgado na quinta-feira (27), revela aumento do número de casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) em dez estados: Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo.

O aumento é decorrente dos vírus influenza A, sincicial respiratório (VSR) e rinovírus, que indicam retomada de crescimento na maioria dos estados da região centro-sul do Brasil. Página 6

Haddad diz que inflação média do governo Lula será inferior a 4%

Foto/Antonio Cruz/ABr

Página 3

PIB paulista cresce 3% em 2024 puxado pela indústria

Página 2

Lula diz que quem apostar em alta de dólar terá prejuízo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que quem apostar na valorização do dólar em relação ao real vai "quebrar a cara", a exemplo do que já ocorreu em 2008. A declaração foi feita na quinta-feira (27) durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, mais conhecido como Conselhão, no Itamaraty.

Segundo Lula, muito da alta do dólar se deve à forma "cretina" como as informações são apresentadas por alguns veículos midiáticos. Como exemplo, citou, sem dar nome, alguns comentaristas que teriam associado a alta de ontem, da moeda norte-americana, à entrevista concedida por ele ao portal UOL. Página 4

Esporte

Rolex 6 Horas de São Paulo já tem sua lista de inscritos

Campeonato Mundial de Endurance, o FIA WEC anunciou na quarta-feira (26) os inscritos para a disputa da Rolex 6 Horas de São Paulo, etapa marcada para os dias 12 a 14 de julho, a quinta da temporada 2024 e que representará a volta do "espírito de Le Mans" ao Brasil depois de dez anos. O Autódromo de Interlagos vai receber os protótipos mais espetaculares do automobilismo e os cobiçados superesportivos GT3 em um evento que, pouco mais de duas semanas antes da largada, já prova ser gigante em vários aspectos.

Ao todo, serão 109 os pilotos inscritos, de 28 nacionalidades e cinco continentes diferentes. A lista contempla 19 tripulações listadas na classe principal do FIA WEC, a Hypercar, e outros 18 GT3. O Brasil será representado na pista por dois pilotos, ambos na GT3: o curitibano Augusto Farfus, que acelera o BMW M4 LMGT3 #31 do Team WRT, e o carioca Nicolas Costa, que corre com a McLaren 720S GT3 Evo #59 da equipe United Autosports.

A relação traz poucas mudanças na comparação com a última prova de seis horas do calendário antes da etapa brasileira, a TotalEnergies 6 Horas de Spa-Francorchamps, disputada em maio — as 24 Horas de Le Mans, realizadas em junho, tiveram 62 carros inscritos, sendo 23 Hypercars, 23 GT3 e outros 16 LMP2, totalizando 186 competidores.

Uma das mudanças na escalação habitual do campeonato está na classe Hypercar. O Porsche 963 #99 da Proton Competition vai correr desfalcado do britânico Harry Tincknell, que terá compromissos no IMSA SportsCar em Mosport, no Canadá, e não terá substituto. Desta forma, a equipe será representada pela dupla formada pelo suíço Neel Jani e o francês Julien Andlauer, uma das sensações da etapa do FIA WEC disputada em Spa-Francorchamps.

Outra tripulação que terá mudança em relação ao cronograma original é o da Akkodis ASP Team. O Lexus RC F LMGT3 #78 terá a substituição de Timur Boguslavskiy pelo austríaco Clemens Schmid, que fez sua estreia no FIA WEC na Bélgica. O europeu vai formar trio com o francês Arnold Robin e o sul-africano Kelvin van der Linde.

Constelação no "templo" — A lista de inscritos para a Rolex 6 Horas de São Paulo reunirá verdadeiros ícones do esporte a motor no circuito de 4.309 metros em Interlagos. Lenda viva das pistas, o nove vezes campeão mundial de motovelocidade, Valentino Rossi, vai correr pela primeira vez no autódromo paulistano e será um dos representantes do Team WRT no BMW M4 #46 da classe GT3, sendo um dos companheiros de equipe do brasileiro Augusto Farfus.

Jenson Button volta ao palco da conquista do seu único título mundial como piloto de Fórmula 1, conquistado em 2009. À época, o britânico defendia a BrawnGP e era companheiro de equipe de Rubens Barrichello. Em julho, o piloto voltará a acelerar o Porsche 963 #38 da Hertz Team JOTA.

Foto/DPPI/FIA WEC

Mick *Schumacher é um dos destaques com a Alpine*

O francês Jean-Éric Vergne (Peugeot TotalEnergies) acelera no FIA WEC na condição de bicampeão da FIA Fórmula E (2017 e 2018), enquanto o holandês Nyck de Vries corre pela Toyota na Hypercar após levantar a taça de campeão da categoria dos carros elétricos em 2021 pela Mercedes.

São muitos os campeões do FIA WEC no grid em Interlagos, como André Lotterer, que integrou o trio do primeiro título da categoria máxima da categoria, iniciada em 2012. A lista traz outros nomes de peso na Hypercar como os também campeões do mundo Kamui Kobayashi, Mike Conway, Brendon Hartley, Sébastien Buemi, Loïc Duval, Ryo Hirakawa, além de Robert Kubica, um dos 13 ex-Fórmula 1 na lista e que levou o título da LMP2 no ano passado.

Entre as estrelas que vão desfilar em Interlagos na Rolex 6 Horas de São Paulo está Mick Schumacher, alemão de 25 anos, filho do heptacampeão de Fórmula 1, Michael Schumacher, e que também correu na categoria, entre 2021 e 2022, representando a Haas. Atualmente, Mick é piloto da Alpine Endurance Team no FIA WEC ao mesmo tempo em que também atua como reserva da Mercedes-AMG Petronas Formula One Team.

A relação da GT3 traz outro campeão mundial: o argentino José María López, que conquistou o título do FIA WEC na antiga classe LMP1 em 2017 e triunfou nas 24 Horas de Le Mans no ano de 2021. Na última edição da prova em La Sarthe, disputada em junho, 'Pechito' voltou a correr pela Toyota, sendo um dos pilotos do GR010 Hybrid #7, ao substituir Mike Conway, que se lesionou e não conseguiu fazer parte da corrida. Em São Paulo, o competidor nascido em Córdoba voltará ao volante do Lexus RC #87 da Akkodis ASP Team.

Eric Granado vai em busca do Top-5 no campeonato em etapa da MotoE na Holanda

A etapa da Holanda do Campeonato Mundial FIM Enel de MotoE, abre a última rodada dupla antes das férias da categoria. A pista de Assen, será o palco da quinta etapa da temporada 2024, onde o piloto Eric Granado, da LCR E-Team, vai em busca de pontos, entre os dias 28 e 29 de junho, para ganhar posições na tabela do campeonato.

Com duas pole positions e dois pódios na temporada, com o mais recente sendo um terceiro lugar na etapa da Itália, em Mugello, o brasileiro está em sétimo lugar no campeonato, com 18 pontos de distância para o quinto colocado, Hector Garzo. Cada etapa da MotoE entrega 50 pontos máximos.

"Eu acredito que a gente aprendeu bastante com os erros do começo da temporada. Infelizmente em algumas provas eu não pontuei, mas a gente conseguiu encontrar um acerto ideal para moto, para ser ainda mais competitivo", comenta Eric.

A pista de Assen tem características que deixam o brasileiro animado para a etapa. "Eu gosto muito da última parte dessa pista da Holanda, que é uma sequência de curvas muito rápidas até a última chicane, que é histórica. Aquele último 'S' final antes da linha de chegada é um ponto muito legal desse traçado para mim."

Com 70 pontos, Eric é o sétimo colocado, com apenas 4 de diferença para Alessandro Zaccone, o sexto. A distância entre o brasileiro e Hector Garzo, quinto colocado, é de 18 pontos. Mattia Casadei lidera com 132.

As atividades da MotoE na Holanda começam na sexta-feira, com os treinos às 03h30 e 07h25, e classificação às 12h05. As duas corridas em Assen estão programadas para o sábado, com largada às 07h15 e 11h10, sempre no horário de Brasília. As provas são transmitidas pelos canais ESPN e pelo serviço de streaming Disney+.

Governo distribuirá 50 milhões de litros de leite para combater anemia

No mês em que se comemora o Dia Mundial do Leite (1º de junho), o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, presta contas sobre o maior programa de distribuição de leite pasteurizado e enriquecido do Brasil, o Vivaleite. Ele foi criado para combater a anemia por deficiência de ferro em crianças e idosos de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social no estado. Atualmente, beneficia 284 mil crianças e idosos, entregando 4,1 milhões de litros de leite por mês. Para tanto, são 607 prefeituras conveniadas, 1.500 entidades parceiras e 18 laticínios fornecedores.

A fórmula do leite fornecido pelo Programa Vivaleite é fortificada com ferro e vitaminas A e D. Ao consumir o leite enriquecido, crianças e idosos em vulnerabilidade saem das estatísticas de anemia do país. Para as crianças, o leite também auxilia no crescimento e desenvolvimento, fornece nutrientes essenciais e é uma fonte de hidratação. No caso dos idosos, o leite fortificado auxilia na saúde óssea e fornece proteínas importantes para a massa muscular.

Segundo estudo liderado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), uma a cada três crianças de até sete anos sofre de anemia por deficiência de ferro no Brasil. A anemia ferropriva pode afetar a disposição de crianças e contribuir para seu isolamento, déficit de aprendizado e dificuldades no desenvolvimento intelectual, além de prejudicar o sistema imunológico.

Para ter acesso ao Vivaleite, idosos (acima de 60 anos) e famílias com crianças (de 6 meses a 6 anos) em vulnerabilidade social devem procurar o Centro de Referência da Assistência Social (Cras) do seu município. No ano de 2024, houve o aumento da cota de cinco cidades, o que beneficiou 180 crianças com 2.700 litros de leite por mês.

SP prorroga vacinação contra a gripe até 14 de julho

Visando ampliar a cobertura vacinal, a campanha de vacinação contra influenza, disponibilizada pelo Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), foi prorrogada para o dia 14 de julho. Para se imunizar contra a gripe e prevenir demais complicações respiratórias, basta comparecer à Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima de sua casa.

A ação divulgada pela SES nos 645 municípios paulistas aplicou 5.573.549 doses, entre abril e junho deste ano, para os grupos prioritários, que abrangem crianças entre 6 meses e 6 anos, gestantes, puérperas, professores do ensino básico, idosos, dentre outros. No mesmo período, também foram aplicadas 2.635.530 doses para os grupos sem comorbidades.

Nos períodos de inverno, as baixas temperaturas e o ar seco propiciam a proliferação do vírus da influenza, facilitando a transmissão de doenças respiratórias como gripe, rinite, além do agravamento de quadros de asma e sinusite.

A enfermeira e diretora da Divisão de Imunização da SES, Ligia Nerger, comenta que aqueles que se imunizaram em 2023 devem se vacinar novamente, tendo em vista que os anticorpos vão diminuindo com o tempo e o vírus da gripe pode passar por modificações. "O imunizante ajuda a proteger contra as cepas atualizadas, por isso é recomendável a vacinação anualmente para reforçar o sistema imunológico", afirma.

A especialista também comentou sobre a baixa adesão da população. "Observamos uma baixa adesão à vacinação no grupo eleito com uma cobertura vacinal de apenas 43%. No entanto, as puérperas e gestantes apresentaram ainda menor adesão. É importante que esse grupo receba o imunizante", ressaltou.

Quais os cuidados para evitar contrair os vírus respiratórios?

Além de seguir o calendário vacinal e se imunizar, é importante manter alguns cuidados como:

Lavar as mãos frequentemente ou usar álcool gel;

Higienização de objetos;

Utilizar lenços descartáveis ao tossir e espirrar, caso não seja possível, utilizar a parte interna do braço para cobrir a boca e o nariz (não utilize as mãos para cobrir a boca e o nariz);

Mantenha o ambiente arejado;

Beber bastante água e manter-se hidratado;

Ter uma alimentação saudável.

Conheça mais sobre as vacinas

O Governo de São Paulo, por meio da SES/SP, criou o portal "Vacina 100 Dúvidas" com as perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A plataforma esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: https://www.vacina100duvidas.sp.gov.br/

PIB paulista cresce 3% em 2024 puxado pela indústria

Dados levantados pelo Governo de São Paulo, por meio da Fundação Seade, mostram que o Produto Interno Bruno (PIB) do estado cresceu 3% no acumulado de 2024, de janeiro a abril, em relação ao mesmo período do ano anterior. Todos os setores apresentaram variação positiva, com destaque para a indústria (3,5%), seguida por serviços (2,4%) e agropecuária (1,7%).

Segundo a Fundação Seade, o bom desempenho da indústria está relacionado ao aumento de contratação de empregos formais no setor. Em 2024, de janeiro a abril, houve aumento de 70% de empregos com carteira assinada em São Paulo em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 72 duas mil novas vagas criadas em 2024 na área industrial, contra 42 mil em 2023.

"O Estado de São Paulo segue crescendo na direção cerca e gerando emprego. A alta de 3% do PIB estadual no primeiro quadrimestre do ano reforça nosso compromisso com o desenvolvimento da economia local. Vamos seguir trabalhando para fazer São Paulo ainda forte, com mais recursos e investimentos", destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Em abril de 2024, em relação a igual mês do ano anterior, o PIB paulista avançou 6,1%. Destaques para os setores: indústria (9,6%), serviços (4,3%) e agropecuária (4,0%). Já na comparação com os 12 meses imediatamente anteriores, o PIB paulista avançou 1,2% – agropecuária (1,6%); serviços (1,3%); e indústria (0,8%).

Na avaliação mensal, o PIB aumentou 0,8% em abril de 2024 em comparação ao mês anterior (março/24), já descontados os efeitos sazonais. O avanço foi puxado principalmente pela indústria (0,8%), seguido pela agropecuária (0,6%), e pelo setor de serviços (0,6%)

Roubos caem 50% em 5 meses no Centro

A região das cenas abertas de uso, que contempla os bairros Santa Cecília e Campos Elíseos, no centro de São Paulo, teve queda de 50% nos roubos nos primeiros cinco meses deste ano em comparação com mesmo período de 2023. O número de boletins de ocorrências caiu de 4,1 mil para 2,1 mil.

Desde então, só o ano de 2021 contabilizou menos casos (1,8 mil), o que pode estar relacionado à pandemia de Covid-19 que restringiu a circulação de pessoas.

Furtos também tiveram queda de 32,6% entre janeiro e maio deste ano, chegando a 4,7 mil ocorrências. Em 2023, no mesmo período, foram registradas 7 mil ocorrências.

As estratégias adotadas pelas forças de segurança têm mostrado aos infratores que o "centro está menos atrativo para o crime", afirma o delegado Jair Ortiz, da 1ª Delegacia Seccional, responsável pela área.

Por muitos anos, o centro da capital manteve altos índices de criminalidade, principalmente nas modalidades de roubo e furto, além do tráfico. Para combater esses delitos, foi necessário um diagnóstico detalhado sobre os problemas na região.

O delegado faz uma analogia da situação com a Medicina: "Chegamos em um ambiente onde não havia uma radiografia. Não tínhamos exames para entender qual era exatamente a doença que afligia o centro. A partir do momento em que entendemos isso, passamos a agir de forma diferente", explica.

Durante as investigações, a Polícia Civil passou a monitorar os criminosos que agiam na região para identificar suas conexões. Desse modo, foi possível demonstrar e tipificar os envolvidos em outros crimes. Se antes o suspeito era solto rapidamente por cometer determinado furto considerado "leve" perante a lei, agora, passa a responder, também, por associação criminosa — nos casos onde há indícios. O delegado conta que essa mesma estratégia foi feita para combater a "gangue da bicicleta".

"Querendo ou não, os criminosos que viram seus comparsas presos por mais tempo ficaram com um certo receio. Isso serviu como um recado a eles", afirma.

Monitoramento detalhado

No início da gestão, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) passou a fazer um monitoramento detalhado dos índices criminais nos bairros que concentram as cenas abertas de uso. O acompanhamento, aliado às estratégias e planejamento operacional das Polícias Civil e Militar, também auxiliou na redução dos índices criminais, aumentando a sensação de segurança da população.

Dentre as medidas implementadas para devolver o centro à população estão o investimento em tecnologia e sistema de inteligência, além do reforço de efetivo com mais 400 policiais militares alocados na região central. Há, ainda, 1,3 mil vagas disponibilizadas para PMs pela Atividade Delegada.

Uso de hospedarias na mira

Ainda conforme o delegado, os criminosos perceberam as ações das forças de segurança e também passaram a adotar novas formas de se manter na vida ilícita. Entre elas está o uso de pensões e hotéis que funcionam como um depósito de drogas para o tráfico.

"Eles vão trazendo e levando drogas em poucas quantidades para passarem despercebidos. Com certeza sabem que para entrarmos lá precisamos de mandados judiciais, mas também já estamos agindo contra isso", menciona. O delegado citou como exemplo a Operação Downtown, deflagrada pelo Departamento Estadual de Investigações sobre Entorpecentes contra integrantes de uma facção criminosa que usa os estabelecimentos para lavagem de dinheiro do tráfico. Cerca de 400 policiais civis cumpriram 140 mandados de busca e apreensão.

Segundo o delegado, combater o tráfico também significa ir contra os casos de roubos e furto, já que na maioria das vezes os crimes podem estar correlacionados. "É um ciclo, infelizmente. O importante é mostrar que estamos agindo e que não vamos deixá-los impunes.", diz.

Nos primeiros cinco meses do ano, mais de uma tonelada de drogas foi apreendida na região central.

Resultados a médio e longo prazo

Para além das estratégias adotadas contra a criminalidade na região, a integração das Polícias Civil e Militar com a Guarda Civil colaborou para esses resultados. Ortiz afirma que nunca havia visto tanta união entre as forças de segurança para um objetivo.

"Queremos que as pessoas não sintam mais receio ao vir ao centro e vamos trabalhar mais para isso. O médio e longo prazo, significa que novos pontos comerciais vão se abrir e, além do empreendedorismo, teremos vagas de emprego. O centro vai voltar a ser um ponto turístico requisitado e, como resultado, haverá um aumento da receita do estado", conclui Ortiz.

Fim de semana tem Festival de Inverno de Campos do Jordão, festa junina e Gamescom

O Festival de Inverno de Campos do Jordão começa neste sábado (29). Reconhecido como o maior e mais tradicional evento de música clássica da América Latina, o evento chega à sua 54ª edição. Serão mais de 60 concertos gratuitos e, pela primeira vez, o Festival receberá orquestras internacionais, do Chile, Colômbia e Uruguai, além de grupos de câmara da Inglaterra e da Suíça e uma variedade de conjuntos sinfônicos do estado de São Paulo.

Aqui na capital paulista, no sábado (29) e no domingo (30), o Museu da Imigração realiza o Festival Viva! Japão. O evento que contempla aspectos tradicionais e contemporâneos da cultura japonesa chega a sua segunda edição, com atrações de dança, música, gastronomia, audiovisual, além de oficinas de técnicas artísticas e artesanato. O festival acontece das 10h às 18h.

No Museu das Favelas, das 12h às 17h do sábado (29), acontece o Arraiá das Quebradas. A segunda edição da Festa Junina terá show da banda Forró Vila do Sossego, aula de forró, muitas comidas típicas e artesanatos de organizações locais e empreendedores da quebrada. A entrada é gratuita.

No interior, em Tatuí, a Companhia de Teatro do Conservatório da cidade apresenta a peça "Nas Ondas do Rádio", mergulhando na história dos anos dourados e abordando como o meio de comunicação está inserido no cotidiano de uma família. A apresentação é gratuita, acontece no Teatro Procópio Ferreira, às 20h.

E até domingo, acontece na capital paulista, na São Paulo Expo, a primeira edição da Gamescom Latam. Esta é a primeira edição do maior evento de games do mundo na América Latina. Os fãs podem conferir as últimas novidades, lançamentos e tendências da indústria, bem como shows e demonstrações em primeira mão.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereadores e vereadoras cristãos e cristãs protestantes têm obrigação espiritual de dar testemunho [pra cristãos e não cristãos por toda a cidade de São Paulo] que estão na política do mundo pra serem integralmente imitadores do Cristo Jesus

PREFEITURA (São Paulo)
Pergunta da hora : é o deputado federal e candidato à prefeitura [2024] Boulos (PSOL) que terá o presidente Lula (dono do PT) fazendo campanha pra ele, ou é o Boulos que estará fazendo amanhã pré-campanha [2026] antecipada pro Lula ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas cristãos e cristãs protestantes têm obrigação espiritual de dar testemunhos [pra cristãos e não cristãos por todo o Estado de São Paulo] que estão na política do mundo pra serem integralmente imitadores do Cristo Jesus

GOVERNO (São Paulo)
Embora não tenha sido convidado pra ser candidato a vice-presidente numa possível chapa do governador Tarcísio [em 2026 estará no PL do Bolsonaro] pra presidência do Brasil, o governador mineiro Zema (Novo) tá dizendo que aceita

CONGRESSO (São Paulo)
Senadores(as) e deputados(as) cristãos protestantes têm obrigação espiritual de dar testemunhos [pra cristãos e não cristãos por todos os Estados do Brasil] que estão na política do mundo pra serem integralmente imitadores do Cristo Jesus

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Até o Lula (dono do PT) deve ter achado que a CNN norte-americana não teve a desejada isenção jornalística no 1º debate entre Joe Biden (Democrata) e Donald Trump (Republicano) pela presidência dos EUA [eleições em novembro 2024]

PARTIDOS (Brasil)
Nos partidos, vereadores [capital], deputados estaduais e federais que são corintianos tão preocupadíssimos com a invasão [ontem] violenta de dezenas de torcedores organizados, ameaçando o presidente e diretores do clube. É guerra !

JUSTIÇAS (Brasil)
Assim como o "Lide" seguiu promovendo eventos quando o sócio preferencial João Doria (PSDB) era prefeito e depois governador, o "IDP" segue promovendo eventos sob o sócio preferencial Gilmar Mendes ainda sendo ministro [Supremo]

ANO 32
O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual nesta coluna de política. Na imprensa [Brasil] desde 1993, recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - "Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o transpassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele. Certamente. Amém" **Apocalipse 1:7**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Banco Central eleva estimativa do PIB para 2,3% neste ano

O Banco Central (BC) elevou a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 1,9% para 2,3%, segundo o relatório de inflação do segundo trimestre, divulgado na quinta-feira (27). No primeiro trimestre do ano, o PIB cresceu 0,8%, ritmo considerado "robusto e superior ao esperado" pelo BC. O banco avaliou ainda que as enchentes no Rio Grande do Sul terão um impacto menor na atividade econômica do que o esperado.

Segundo o relatório, no cenário doméstico, a atividade econômica e o mercado de trabalho se mostraram aquecidos, o que contribuiu para a queda no desemprego e aumento nos salários. "Esses fatores justificaram revisão para cima da projeção de crescimento do PIB em 2024, de 1,9% para 2,3%. As enchentes no Rio Grande do Sul causaram expressiva queda na atividade econômica gaúcha, mas já há sinais de recuperação", disse o BC.

Cenário externo

Em relação ao cenário externo, a instituição avalia que ambiente se mantém adverso e segue exigindo cautela por parte dos países emergentes. O relatório aponta que permanecem elevadas as incertezas sobre a flexibilização da política monetária nos Estados Unidos e quanto à velocidade na queda da inflação de forma sustentada em diversos países.

"Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas, em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho", diz o relatório.

Inflação

Para o BC, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 4%, em 2024. A previsão anterior era de inflação em 3,5%

O relatório diz que, apesar de ter havido um recuo na inflação, aumentou a expectativa de desancoragem. No acumulado de 12 meses, o IPCA apresentou um recuo de 4,5% em fevereiro para 3,9% em maio. A inflação também registra queda, quando se observam seus núcleos e quando se considera a métrica trimestral.

"Contudo, o recuo da inflação no último trimestre foi menor do que o projetado no cenário de referência apresentado no Relatório anterior (surpresa de +0,14 p.p.), destacandose alta mais intensa dos alimentos. Em meio a aumento de incertezas nos cenários doméstico e externo, as expectativas de inflação para 2025 e 2026, que já se encontravam acima da meta de inflação para o período, aumentaram de 3,5% para 3,8% e 3,6%, respectivamente, segundo a mediana apurada pela pesquisa Focus", diz o documento.

Para o BC, as projeções indicam aumento da inflação no segundo trimestre de 2024, mas com retomada da trajetória de declínio, permanecendo, porém, acima do centro da meta, que é de 3% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Nesse cenário, a inflação acumulada em quatro trimestres, depois de terminado 2023 em 4,6%, com projeção de queda para 4,0%, em 2024, 3,4%, em 2025, e 3,2% em 2026, diante da meta de 3%.

O BC destaca, contudo que, em relação ao relatório anterior, a projeção de inflação para 2024 e 2025 aumentou. A elevação para 2024 atingiu 0,5 p.p. e para 2025 alcançou 0,2 p.p.

"Para o horizonte relevante, o aumento resultou principalmente da atividade econômica mais forte que o esperado, que levou a uma elevação no hiato do produto estimado. Contribuíram ainda o aumento das expectativas de inflação, a depreciação cambial, a inércia do aumento da projeção de curto prazo e a utilização de taxa de juros neutra maior. Por outro lado, o aumento da taxa de juros real foi fundamental para evitar um aumento mais significativo na projeção", aponta o documento. (Agência Brasil)

Haddad diz que inflação média do governo Lula será inferior a 4%

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o atual mandato do presidente Lula terá uma inflação média inferior a 4%, percentual que é o menor desde que foi adotado o regime de metas. Ainda segundo o ministro, o crescimento médio do país vai beirar os 3%. A declaração foi feita no Itamaraty, durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, mais conhecido como Conselhão.

"Presidente, é absolutamente possível o senhor terminar o seu mandato com uma inflação média abaixo de 4% e com um crescimento médio beirando os 3%", disse Haddad ao lembrar que a meta é inflação em 2025 chegar a apenas 3%.

"Isso, para você ter uma ideia, é a menor inflação média de todos os mandatos desde que o regime de metas de inflação foi criado no Brasil. Portanto, aqueles que acusam o presidente Lula de não estar prestando atenção na inflação, na verdade não estão prestando atenção nos dados que estamos divulgando pelo IBGE a todo momento, mostrando que nós estamos convergindo para meta, que é uma meta exigente, e que foi ontem reafirmada na reunião do Conselho Monetário Nacional", acrescentou.

O olhar positivo sobre a economia do país foi compartilhado pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney. "É preciso que nós reconheçamos que o Brasil, apesar do contexto mundial adverso, vem colhendo frutos e resultados positivos do trabalho econômico do ministro Fernando Haddad", disse o representante do grupo de trabalho de crédito do Conselhão.

"Basta olharmos o PIB (Produto Interno Bruto) do ano passado e o do primeiro trimestre [de 2024], que apresentaram uma expansão robusta. Isso nos deixa bastante entusiasmados. Vemos que o que tem contribuído para o PIB é o consumo das famílias. Temos observado uma demanda doméstica pujante. Espero, ainda, uma retomada dos investimentos", disse o executivo da Febraban.

Isaac Sidney destacou também o bom desempenho do mercado de trabalho que, segundo ele, está aquecido, com níveis muito baixos de desemprego, e de massa salarial com crescimento forte do ponto de vista da renda.

"A inflação está na meta. Estamos com projeções para 4% neste ano. A balança comercial está batendo recordes e as nossas reservas internacionais estão funcionando como se fosse uma blindagem. O grande desafio que temos é o de não deixar esse processo de retomada do crescimento perder tração", disse.

Ele lembrou que esses resultados positivos foram obtidos em meio a um cenário externo complicado do qual nenhum país está imune. "Existem ruídos de uma eventual fragilidade fiscal. Entendo e respeito esse argumento, mas é importante destacar, sobretudo, que o ministro Haddad tem reafirmado sua determinação e compromisso com o arcabouço fiscal", acrescentou.

Falando em nome do Comitê Gestor do Conselho, o coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz, também destacou os bons resultados da economia, mas lamentou que, quando citados, vêm sempre acompanhados de previsões sobre crises que não se confirmam.

"Se observarmos como esses resultados aparecem no debate público vemos que, no geral, com resultados como o de que o emprego cresceu, anuncia-se também que o país está vivendo uma crise que não conseguimos observar", criticou ao convocar os integrantes do Conselhão a atuarem para mudar essas manchetes, de forma a dar mais qualidade ao debate público sobre os resultados alcançados.

Representando a Comissão de Assuntos Econômicos do Conselhão, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, propôs uma reflexão sobre a dívida pública do país, que leve em conta o fato de ela ser proporcionalmente menor do que a de diversos outros países.

Segundo ele, há casos em que esse tipo de dívida pode ser positiva para o país. "Temos uma grande questão que se chama dinâmica da dívida pública. Todos sabemos que em muitos países é muito maior percentual dela em relação ao PIB. Temos que, talvez, fazer reflexão entre a dívida pública boa e a dívida pública ruim. Dívida pública boa é aquela que permite investimento, geração de riqueza, emprego e desenvolvimento social. Dívida pública ruim é aquela que mantém uma máquina pública altamente pesada para o país." (Agência Brasil)

Com impacto das enchentes no RS, Brasil abre 131,8 mil vagas em maio

O Brasil fechou o mês de maio com saldo positivo de 131.811 empregos com carteira assinada, resultado de 2.116.326 admissões e de 1.984.515 desligamentos. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado na quinta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O saldo está abaixo do registrado em maio de 2023, quando o saldo de postos de trabalho ficou em 155.123.

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio, com impactos em todos os setores econômicos do estado, refletiram também na geração de emprego. O estado registrou queda de 22.180 mil empregos em maio e 358 municípios gaúchos tiveram saldo negativo na geração de postos de trabalho.

A indústria do estado registrou 6.856 demissões, o comércio, 5.520, a agropecuária, 4.318 e o setor de serviços teve queda de 4.226 empregos

"Nós vamos monitorar o Rio Grande do Sul, tem toda a nossa preocupação com a retomada e acredito que a partir do momento em que iniciar os canteiros de obras da construção civil, para a reconstrução, seja de habitação seja de equipamentos públicos, a tendência é a economia voltar a girar no estado e voltarmos a ter números positivos a partir talvez de agosto", disse o ministro Luiz Marinho.

No Brasil, os cinco grandes setores da economia registraram saldo positivo em maio. Serviços lideram com 69.309 novos postos de trabalho; seguido pela agropecuária, com 19.836 postos; construção, 18.149; indústria, 18.145 e comercio, com 6.375.

O estoque, que é a quantidade de total de vínculos celetistas ativos, contabilizou 46.606.230 vínculos em maio, o que representa um aumento de 0,28% em relação ao estoque do mês anterior.

No acumulado do ano (janeiro/2024 a Maio/2024), o saldo foi de 1.088.955 empregos, resultado de 11.038.628 admissões e 9.949.673 desligamentos.

Nos últimos 12 meses (Junho/2023 a Maio/2024), foi registrado saldo de 1.674.775 empregos, decorrente de 24.292.000 admissões e de 22.617.225 desligamentos. (Agência Brasil)

Alta de juros não está no cenário base do Banco Central, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou, na quinta-feira (27), em São Paulo, que uma eventual alta de juros não está no cenário base da instituição.

Em entrevista coletiva na qual comentou o Relatório Trimestral de Inflação, Campos Neto disse que o BC está acompanhando o cenário e permanece vigilante. "Sobre alta de juros, não é o nosso cenário base. A gente entende que a linguagem adotada é compatível com não ter dado *guidance* [orientação] para o futuro neste momento. Estamos acompanhando o cenário e seguimos vigilantes", afirmou.

Campos Neto comentou também o decreto do governo, publicado no *Diário Oficial da União*, que instituiu a meta contínua de inflação. No regime de metas contínuas, o governo fixará uma meta que, na prática, será permanente. Qualquer alteração na meta terá de ser feita com três anos de antecedência.

Segundo ele, isso não vai significar mudanças na forma como o Banco Central enxerga a política monetária. "O decreto não significa uma mudança na forma como a gente enxerga a política monetária. Não significa nem maior, nem menor suavização. É um processo que já vem há algum tempo. Internamente, no Banco Central, por exemplo, ele vinha sendo discutido desde a minha chegada. Existia um entendimento de que o ano fiscal não era a forma mais eficiente de auferir os resultados atingidos."

Para Campos Neto, o período mínimo de 36 meses estabelecido para uma mudança de meta mostra o compromisso do governo com a transparência. De acordo com o presidente do BC, o prazo dá estabilidade na previsão. "Isso mostra bastante o compromisso do governo com a transparência. Isso ajuda muito porque dá estabilidade na previsão da meta e faz com que os agentes financeiros consigam entender melhor o sistema e ter mais previsibilidade. E maior previsibilidade significa maior capacidade dos agentes se programarem."

Políticas

Na entrevista, Campos Neto negou que tenha sido convidado pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para ocupar algum cargo público caso este seja eleito presidente da República. "Não tive nenhuma conversa com o Tarcísio sobre ser ministro de nada. Não tenho pretensão de me candidatar a nada, nem de ser político", afirmou.

Campos Neto disse que é amigo de Tarcísio e que já participou de eventos com outras autoridades políticas, mas ressaltou que, sempre que comparece a esse tipo de evento, está representando o Banco Central. "Quando vou a esses eventos entendo que minha presença é representando o Banco Central. Acho importante comparecer, e existe histórico não só de presidente do Banco Central do Brasil, mas de outros países, participarem de homenagens."

Sobre as recentes críticas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sua atuação no Banco Central, Campos Neto preferiu não comentar. "Não cabe a mim, presidente do Banco Central, entrar em debate político. Vamos continuar mostrando que nossas decisões são técnicas." Ele ressaltou, porém, que alguns desses pronunciamentos podem impactar negativamente no mercado e trazer dificuldades para a política do Banco Central. "O que se mostrou no passado recente – não é uma opinião minha, é uma constatação – é que, quando a gente olha movimentos de mercado em tempo real com os pronunciamentos, vê que houve piora em algumas variáveis macroeconômicas, em alguns preços de mercado." (Agência Brasil)

Paraná é 3º estado que mais gerou empregos nos cinco primeiros meses de 2024

O Paraná foi o terceiro estado que mais gerou empregos formais em todo o Brasil nos cinco primeiros meses de 2024, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na quinta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho. Entre janeiro e maio, foram gerados 96.019 novos postos de trabalho em todo o Estado, resultado da diferença entre as 880.456 admissões e os 784.437 desligamentos registrados em 2024.

O Paraná ficou atrás somente de São Paulo (328.685) e Minas Gerais (133.412), que são estados mais populosos. Na sequência, com menos empregos criados do que o Paraná, estão Santa Catarina (84.481), Rio de Janeiro (73.310), Goiás (58.813) e Rio Grande do Sul (47.125). Em todo o Brasil, o saldo positivo de empregos no acumulado do ano foi de 1.088.955.

"Este índice confirma mais uma vez o bom momento da economia paranaense, resultado da vinda de investimentos de peso para o Estado e do trabalho de desburocratização que o Governo tem feito para facilitar a contratação de trabalhadores", afirma o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

O saldo positivo de vagas criadas no Paraná em 2024 é 51,7% superior ao registrado no mesmo período de 2023, quando foram registrados 63.272 novos empregos. Levando em conta somente os postos de trabalho criados em maio de 2024, o saldo positivo foi de 8.082 novas vagas, fruto da diferença de 163.473 admissões e 155.391 desligamentos.

Com isso, o Paraná chega a 3.187.420 pessoas empregadas com carteira assinada segundo o Caged, o maior estoque já registrado em toda a série histórica do levantamento desde que foram adotados os padrões estatísticos atuais, em janeiro de 2020.

Das 96.019 novas vagas de trabalho formais criadas ao longo do ano, 52.437 são ligadas ao setor de serviços, com destaque para a as atividades administrativas, que foram responsáveis pela criação de 20.523 novos empregos, e atividades ligadas à educação, com 7.404 novas vagas.

Na indústria, segundo setor que mais criou vagas no Estado, com 22.905 novos empregos, a área de melhor desempenho foi a fabricação de produtos alimentícios, com 5.905 novos postos formais de trabalho.

Entre os setores, na sequência, estão a construção, com um saldo positivo de 11.389 empregos, o comércio, com 8.063 novas vagas no ano, e a agropecuária, com 1.227 novos postos de trabalho. (AENPR)

Presidente sanciona taxação de compras internacionais de até 50 dólares

O presidente Luíz Inácio Lula da Silva sancionou na quinta-feira (27) a lei que estabelece a taxação de compras internacionais de até US$ 50 (cerca de R$ 250), então isentas de imposto de importação. O novo texto inclui uma cobrança de 20% sobre o valor de compras dentro desse limite, muito comuns em *sites* internacionais como Shopee, AliExpress e Shein.

A taxação foi incluída no programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que cria incentivos para a fabricação de veículos menos poluentes. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 11, por 380 votos contra 26, e a sanção ocorreu durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão.

Originalmente apresentado pelo governo federal, o projeto Mover prevê R$ 19,3 bilhões em incentivos, durante cinco anos, e redução de impostos para pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e produção de veículos que emitam menos gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento da terra e pelas mudanças climáticas.

Durante a reunião, Lula assinou ainda decreto para instaurar uma política nacional integrada para a primeira infância. O texto tem como base propostas elaboradas por um grupo de trabalho e entregues ao governo federal no último dia 13, com estratégias integradas entre diferentes áreas da administração federal para a priorizar crianças de até 6 anos de idade – sobretudo as que estão em situações de vulnerabilidade.

Também foi assinado decreto que trata de projetos tecnológicos de alto impacto. A iniciativa tem, dentre outros objetivos, ampliar a cooperação entre instituições científicas e empresas, além de estimular projetos sustentáveis, impulsionar a produção industrial de alto valor agregável e estimular o desenvolvimento de polos tecnológicos.

O presidente assinou ainda mais um decreto que institui estratégia nacional da economia circular. A proposta do governo federal é promover a transição do atual modelo de produção linear para uma economia circular, que incentiva o uso eficiente de recursos naturais e de práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CAEDU COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO S.A.

CNPJ/MF nº 46.377.727/0001-93 - NIRE 35.300.543.319

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 20 dias de junho de 2024, às 15 horas, na sede social da Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. ("**Emissora**" ou "**Companhia**"), localizada na Rua Tijuco Preto, nº 249, Tatuapé, CEP 03.316-000, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença**: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital **social** da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa**: Presidente: Lucilene da Palma Pedroso; Secretário: João Vicente da Palma. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da 2ª (segunda) emissão da Companhia, no valor total de R$195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de reais), na Data da Emissão (conforme abaixo definido), sendo **(a)** R$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) de debêntures emitidas no âmbito da 1ª Série (conforme abaixo definido) ("**Debêntures 1ª Série**"); e **(b)** R$20.000.000,00 (vinte milhões) de debêntures emitidas no âmbito da 2ª Série (conforme abaixo definido) ("**Debêntures 2ª Série**" e, quando em conjunto com as Debêntures 1ª Série, "**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, e registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), bem como os termos e condições da Emissão, a serem previstos no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), os Fiadores (conforme definidos abaixo) e os Srs. Fábio Ricardo Vilches Pedroso e Mire Hussein Mahmoud da Palma, na qualidade de intervenientes anuentes ("**Escritura de Emissão**"); **(ii)** a outorga da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) em garantia da do fiel e integral das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), a ser constituída nos termos a serem previstos no "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, com a interveniência e anuência da Administradora de Cartão de Crédito Palma Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.834.724/0001-10 ("**Administradora do Cartão Caedu**" e "**Contrato de Cessão Fiduciária**", respectivamente); e **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, para a prática de todos e quaisquer atos, tomar todas as providências e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão, da Oferta e da outorga de Cessão Fiduciária, incluindo **(a)** contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a realização da Oferta e distribuição pública das Debêntures; **(b)** contratar os prestadores de serviços da Emissão, tais como o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador (conforme definidos abaixo), os assessores legais, entre demais instituições e/ou prestadores de serviços que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão, da Oferta e/ou outorga da Cessão Fiduciária; **(c)** discutir, negociar e celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) e quaisquer outros documentos, inclusive eventuais aditamentos, que venham a ser necessários para a realização da Emissão, da Oferta e/ou outorga da Cessão Fiduciária; e **(iv)** ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus procuradores, conforme aplicável, relacionados à Emissão, à Oferta e/ou a outorga da Cessão Fiduciária. **5. Deliberações**: Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(I)** a aprovação para realização da Emissão e da Oferta, bem como a prática de todos e quaisquer atos, providências e celebração de todos e quaisquer documentos necessários para tanto, a serem realizadas de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais: **(a) Número da Emissão**: A Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora; [illegible] **(bb) Pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série**: A partir da Data de Emissão, as parcelas devidas a título de Remuneração 2ª Série serão pagas semestralmente, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão (ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, Oferta de Resgate Antecipado, ou vencimento antecipado das Debêntures 2ª Série, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, se for o caso), respectivamente (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração 2ª Série**" e, em conjunto, as "**Datas de Pagamento da Remuneração 2ª Série**" e, em conjunto com Datas de Pagamento da Remuneração 1ª Série, "**Datas de Pagamento da Remuneração**"), conforme a ser indicado no cronograma de pagamentos a ser previsto no Anexo I da Escritura de Emissão; **(cc) Resgate Antecipado Facultativo**: A Emissora poderá, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a serem avençados na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) (exclusive) ("**Valor de Resgate Antecipado**"); (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) de prêmio *flat* incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado Facultativo, expresso em percentual a ser determinado de acordo com a respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme a ser indicado na Escritura de Emissão. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora. O modo de operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo estará previsto na Escritura de Emissão; **(dd) Resgate Antecipado Obrigatório.** Caso ocorra o descumprimento, pela Emissora, da obrigação de destinar a totalidade dos Recursos 2ª Série à Destinação de Recursos 2ª Série, a qualquer momento a partir da Data de Início da Rentabilidade, a Emissora deverá, observados os termos e condições a serem avençados na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures da 2ª Série, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures ("**Resgate Antecipado Obrigatório**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures da 2ª Série, os Debenturistas farão jus ao pagamento **(i)** do Valor de Resgate Antecipado Obrigatório (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); **(ii)** de demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório; e **(iii)** de prêmio *flat* de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado Obrigatório. O modo de operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório estará previsto na Escritura de Emissão. As Debêntures 2ª Série objeto do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora. O modo de operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório estará previsto na Escritura de Emissão; **(ee) Amortização Extraordinária Facultativa**: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, promover amortizações extraordinárias sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, limitada a até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("**Amortização Extraordinária**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou de parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescida (i) da Remuneração, calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data da Amortização Extraordinária (exclusive) ("**Valor da Amortização Extraordinária**"); (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data da Amortização Extraordinária; e (iii) de prêmio flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária, expresso em percentual a ser determinado de acordo com a respectiva Data da Amortização Extraordinária (conforme a ser definida na Escritura de Emissão), conforme a ser indicado na Escritura de Emissão. O modo de operacionalização da Amortização Extraordinária estará previsto na Escritura de Emissão; **(ff) Oferta de Resgate Antecipado**: A Emissora poderá realizar, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sem a necessidade de qualquer autorização, permissão ou regulamento prévios ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos (i) em todos os casos, da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável. As Debêntures resgatadas em virtude de Oferta de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora. O modo de operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado estará previsto na Escritura de Emissão; **(gg) Aquisição Facultativa**: A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe o previsto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CVM 77**"), bem como as demais regras expedidas pela CVM, adquirir Debêntures no mercado secundário por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 77 ("**Aquisição Facultativa**"). As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com o presente item poderão, a critério da Emissora e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor, **(a)** ser canceladas; **(b)** permanecer em tesouraria; ou **(c)** ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos do presente item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. Caso a Emissora pretenda adquirir Debêntures por valor superior ao Valor Nominal Unitário, deve, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os titulares das respectivas Debêntures, nos termos e condições estabelecidos no artigo 19 e seguintes da Resolução CVM 77; **(hh) Vencimento Antecipado**: o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, quando aplicáveis, na ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento Automático (conforme a serem definidos na Escritura de Emissão), ou hipóteses de declaração do vencimento antecipado em virtude de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automático (conforme a serem definidos na Escritura de Emissão), observados os procedimentos e prazos de cura a serem previstos na Escritura de Emissão; **(ii) Repactuação**: As Debêntures não serão objeto de repactuação; **(jj) Encargos Moratórios**: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Fiadores, devidamente acrescidos da Remuneração aplicável, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação constituindo-a em mora ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**"); **(kk) Prorrogação dos Prazos**: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente da Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que seja um feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins da Escritura de Emissão, será considerado "Dia Útil": (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária a ser prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iii) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja considerado um feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo ou qualquer dia em que não houver expediente na B3; **(ll) Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhes dará direito ao recebimento Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhes, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento; **(mm) Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco para atribuição de *rating* às Debêntures; **Garantia Real**: Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal, acessória e/ou moratória, presente e/ou futura, assumida ou que venha a sê-lo, inclusive decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas às Debêntures, bem como das demais obrigações a serem assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, *pro rata temporis*, e eventuais Encargos Moratórios, bem como todos os custos e despesas incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, taxas judiciais, verbas indenizatórias e tributos que venham a ser incorridos pelo Agente Fiduciário na salvaguarda dos direitos dos Debenturistas ("**Obrigações Garantidas**"), será constituída, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), por meio da qual a Emissora irá ceder fiduciariamente: (i) parte dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, detidos ou a serem detidos contra a Administradora do Cartão Caedu, decorrentes das vendas realizadas pela Companhia a seus clientes cujo pagamento tenha sido realizado pelos clientes da Emissora junto a esta por meio de utilização de instrumento de pagamento pós-pago (cartão de crédito) emitido pela Administradora do Cartão Caedu, o qual é aceito apenas nos estabelecimentos da Companhia e, portanto, caracteriza um arranjo de pagamento de propósito limitado (*private label*), nos termos do artigo 2, inciso I, item (a) da Resolução do Banco Central do Brasil nº 150, de 6 de outubro de 2021 ("**Cartão Caedu**" e "**Transações Cartão Caedu**", respectivamente) e cuja liquidação dos valores devidos em virtude das Transações Cartão Caedu sejam realizadas pelos clientes mediante pagamento de boleto bancário, a ser emitido pela Administradora do Cartão Caedu, na qualidade de administradora do arranjo de pagamento de propósito limitado do Cartão Caedu ("**Recebíveis**"), em valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Obrigações Garantidas ("**Montante Mínimo de Garantia**"), os quais transitarão na Conta Vinculada Direitos Creditórios (conforme a ser definida no Contrato de Cessão Fiduciária), além de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Recebíveis, bem como todos e quaisquer encargos, juros, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos clientes da Emissora à Emissora e/ou à Administradora Cartão Caedu em decorrência de tais Transações Cartão Caedu ("**Direitos Creditórios Cartão Caedu**"); (ii) os direitos creditórios, presentes e futuros, emergentes da Conta Vinculada Direitos Creditórios, detidos ou a serem detidos pela Emissora e exigíveis em face do Banco Depositário (conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo, mas não se limitando, aos recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cartão Caedu nela depositados, as aplicações, investimentos, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos depositados Conta Vinculada Direitos Creditórios, inclusive decorrentes da realização de Investimentos Permitidos (conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária) com os recursos depositados na Conta Vinculada Direitos Creditórios, independente da fase em que tais direitos, inclusive creditórios, encontrem-se, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("**Direitos Conta Vinculada Direitos Creditórios**"); e (iii) todos os direitos creditórios, presentes e futuros, emergentes da Conta Vinculada Reforço de Garantia (conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária), detidos e a serem detidos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, aos recursos decorrentes nela depositados em virtude de eventual realização de Reforço de Garantia (conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária), as aplicações, investimentos, juros, proventos, ganhos ou outros rendimentos produzidos com tais créditos ou recursos depositados Conta Vinculada Reforço de Garantia, inclusive decorrentes da realização de Investimentos Permitidos (conforme a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária) com os recursos depositados na Conta Vinculada Reforço de Garantia, independente da fase em que tais direitos, inclusive creditórios, encontrem-se, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Direitos Conta Vinculada Reforço de Garantia" e, em conjunto com Direitos Creditórios Cartão Caedu e Direitos Conta Vinculada Direitos Creditórios, "Direitos Cedidos Fiduciariamente" e "Cessão Fiduciária", respectivamente), observados os termos de condições a serem avençados no Contrato de Cessão Fiduciária. **(nn) Garantia Fidejussória**: em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, os Fiadores prestarão fiança, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, mediante assinatura da Escritura de Emissão, obrigando-se, bem como a seus sucessores, como fiadores, principais pagadores, coobrigados e solidariamente responsáveis com a Emissora, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, pelo integral, fiel e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, até a total liquidação das Obrigações Garantidas ("**Fiança**" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária, "**Garantias**"), e renunciam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 277, 301, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 130, 131 e 794, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; e **(oo) Demais Características**: As demais características das Debêntures serão descritas na Escritura de Emissão. **(II)** A outorga de Cessão Fiduciária em garantia do fiel e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, a ser constituída nos termos a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como a prática de todos e quaisquer atos, providências e celebração de todos e quaisquer documentos necessários para tanto; **(III)** A Autorização à diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, para praticar todos e quaisquer atos, tomar todas as providências e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação, formalização e efetivação das deliberações acima, incluindo: **(a)** contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a realização da Oferta e distribuição pública das Debêntures; **(b)** contratar os prestadores de serviços da Emissão, tais como o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador, os assessores legais, entre demais instituições e/ou prestadores de serviços que, eventualmente, sejam necessárias para a realização da Emissão, da Oferta e/ou outorga da Cessão Fiduciária; **(c)** discutir, negociar e celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Distribuição e quaisquer outros documentos, inclusive eventuais aditamentos, que venham a ser necessários para a realização da Emissão, da Oferta e/ou outorga da Cessão Fiduciária; e **(d)** praticar todos e quaisquer atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos necessários para consecução da Emissão, da Oferta, da outorga e constituição da Cessão Fiduciária perante os órgãos competentes, autarquias ou entidades junto as quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação dos atos mencionados nos itens anteriores; e **(IV)** A ratificação de todos os atos praticados pela Companhia necessários para a consecução da Emissão, da Oferta e/ou da outorga da Cessão Fiduciária, em consonância com as deliberações acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia geral extraordinária da Companhia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi pelos membros da mesa assinada. Mesa: Presidente: Lucilene da Palma Pedroso; Secretário: João Vicente da Palma. Acionistas Presentes: João Vicente da Palma; Luciano da Palma; Lucilene da Palma Pedroso e Gepalma Investimentos e Participações Ltda. São Paulo, 20 de junho de 2024. Mesa: **Lucilene da Palma Pedroso João Vicente da Palma** Presidente Secretário Acionistas: **João Vicente da Palma, Luciano da Palma** p.p, Lucilene da Palma Pedroso, **Lucilene da Palma Pedroso Gepalma Investimentos e** Participações Ltda. Lucilene da Palma Pedroso

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1000140-64.2017.8.26.0020**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Antonio Marino Rozante e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000140-64.2017.8.26.0020. A MM. Juiza de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dra. Daiane Thais Souto Oliva de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Antônio Marino Rozante, CPF 152.211.978-71, Aderene Fátima Rozante, CPF 152.209.518-74, Adenelson Rozante, CPF 074.517.488-47, Adinilson Rozante, CPF 125.717.288-30, Ausignei Rozante, CPF 112.013.488-97 e Amerson Alexandre Mardegan Rozante, CPF 134.472.158-36, que lhes foi proposta uma ação de Cobrança, de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando a quantia de R$ 15.728,21 (janeiro de 2017), decorrente da prestação serviços médico-hospitalares - RPS 213765. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de junho de 2024. 28 e 29 / 06 / 2024

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 38.350.109/0001-21 – NIRE 35.300.555.821

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("**Companhia**"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que se realizará na sua sede social, situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, bloco C, andar 3, Vila Cruzeiro, CEP 04.726-908, no dia 11 de julho de 2024, às 10:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Analisar e deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, na Seção IV – Da Diretoria, com o objetivo de alterar as regras de composição mínima da Diretoria, bem como as regras de representação da Companhia. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária. (b) A Assembleia Geral Extraordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme o art. 125 da Lei nº 6.404/76. (c) Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como serão compartilhados em meio digital através de pasta de acesso remoto. São Paulo/SP, 26 de junho de 2024. **Alberto de Orleans e Bragança** – Conselheiro. (28, 29/06 e 02/07/2024)

MENDES JÚNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A.

Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.

-Em Recuperação Judicial-

NIRE 35300159926 - CNPJ 19.394.808/0001-29

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 13 de Junho de 2024

I. Data, Hora e Local: Realizada em 13 de junho de 2024, às 10:00 horas, na Rua Pedroso Alvarenga, nº 1.046, conjunto 113 a 116, Bairro Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 04531-004. **II. Convocação e Presença**: Convocação feita por correspondência entregue a todos os acionistas. Presentes a totalidade dos acionistas, razão pela qual fica dispensada a sua convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, e o Sr. Pedro Alberto de Souza, representando a ORPLAN Auditores Independentes. **III. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Eugênio José Bocchese Mendes e secretariados pelo Sr. Rosymar José Macedo. **IV. Ordem do Dia**: **(a)** tomar as contas dos administradores; **(b)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, publicadas no dia 12/06/2024, no jornal impresso "O Dia SP", Caderno Atas/Balanços/Editais/Leilões, à página 5 e, simultaneamente, no sítio eletrônico do mesmo jornal – Caderno Publicações Legais – 2 (www.jornalodiasp.com.br); e **(c)** examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023. **V. Deliberações da Assembleia Geral Ordinária**: Os acionistas, por unanimidade, deliberaram o seguinte: **V.1.** Autorizada a lavratura desta ata de forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **V.2** - Foram aprovadas as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como ficou aprovada a destinação do Lucro Líquido do Exercício, no montante de R$18.983.735,65 (dezoito milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) da seguinte forma: **(a)** R$16.977.769,66 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos) à conta de Lucros/Prejuízos Acumulados, para a compensação integral do saldo de prejuízos contábeis acumulados, na forma do artigo 189 da Lei nº 6.404/76; **(b)** R$100.298,30 (cem mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta centavos) à constituição da Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76; e **(c)** R$1.905.667,69 (um milhão novecentos e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos) à constituição da Reserva de Lucros Retidos. **VI. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. (Ass.) Eugênio José Bocchese Mendes, como Presidente da Mesa e por JMJ Participações Ltda., Sociedade Mineira de Participações Industriais e Comerciais Ltda. e Mendes Júnior Engenharia S.A.; Andréa Guimarães Mendes, Diretora. Secretário: Rosymar José Macedo; e Pedro Alberto de Souza, representando a ORPLAN Auditores Independentes. **VIII. Autenticação**: Declaramos que o texto supra é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Eugênio José Bocchese Mendes - Presidente da Mesa/Diretor Presidente** e por: JMJ Participações Ltda., SMPIC Participações Industriais e Comerciais Ltda. e Mendes Júnior Engenharia S.A. **Andréa Guimarães Mendes - Diretora, Rosymar José Macedo - Secretário.** JUCESP nº 253.233/24-0 sessão: 26/06/2024.

Lula diz que quem apostar em alta de dólar terá prejuízo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que quem apostar na valorização do dólar em relação ao real vai "quebrar a cara", a exemplo do que já ocorreu em 2008. A declaração foi feita na quinta-feira (27) durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, mais conhecido como Conselhão, no Itamaraty.

Segundo Lula, muito da alta do dólar se deve à forma "cretina" como as informações são apresentadas por alguns veículos midiáticos. Como exemplo, citou, sem dar nome, alguns comentaristas que teriam associado a alta de ontem, da moeda norte-americana, à entrevista concedida por ele ao portal UOL.

"Quando eu terminei a entrevista, a manchete de alguns comentaristas era de que o dólar subiu pela entrevista do Lula. Os cretinos não perceberam que o dólar tinha subido 15 minutos antes de eu dar entrevista. Esse mundo perverso, das pessoas colocarem para fora aquilo que querem sem medir a responsabilidade do que vai acontecer, é muito ruim", disse o presidente.

Na sequência, acrescentou: "pode ter certeza: quem estiver apostando derivativo [que tenham como referência a moeda dos EUA para o mercado futuro] vai perder dinheiro nesse país. As pessoas não podem ficar apostando no fortalecimento do dólar e no fracasso do real. Eu já vi isso em 2008. As pessoas que achavam que era importante ganhar dinheiro apostando no fortalecimento do dólar quebraram a cara. E vão quebrar outra vez", disse o presidente.

Desonerações e responsabilidade fiscal

Lula aproveitou o encontro com lideranças setoriais do Conselhão para novamente defender a forma como a economia do país vem sendo conduzida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o presidente, Haddad tem sofrido muitas injustiças por ter cobrado contrapartida de setores beneficiados por desonerações.

"Esse moço [Haddad] sofreu, e eu sei que ele sofreu, com a questão da desoneração dos 17 setores pelo Congresso Nacional. Eu não sou contra desonerações, desde que apresentem contrapartidas para o trabalhador. Pelo menos que transforme isso em estabilidade para os trabalhadores. Não para fazer por fazer", disse o presidente ao criticar a "ganância por acúmulo de riqueza de alguns" que se recusam a "repartir um pouco do pão produzido nesse país".

Lula voltou a afirmar que todas suas gestões à frente da Presidência tiveram como princípio a responsabilidade fiscal, e que a situação do Brasil, com relação à dívida pública é muito melhor do que a de diversos países desenvolvidos.

"Eu só posso gastar aquilo que eu tenho. Se eu tiver de fazer uma dívida, tem de ser uma dívida que vá permitir o aumento do patrimônio brasileiro. Portanto, vamos parar de olhar dívida pública brasileira com medo. Comparada à dos Estados Unidos; à do Japão; à da Itália ou da França, ela não é dívida. É troco, de tão pequena que é", argumentou o presidente.

Microeconomia

Lula defendeu também uma mudança nos olhares sobre a microeconomia e seu potencial para o enriquecimento do país. "A microeconomia muitas vezes gera muitos empregos, junta muitas oportunidades e muitas vezes gera uma produtividade extraordinária. É o que a gente está fazendo neste instante. É preciso que você estude a macroeconomia, mas que saiba o que está acontecendo lá embaixo. Não com a pessoa que tomou bilhões de reais emprestado, mas com quem tomou R$ 5 mil ou R$ 10 mil emprestados"

"É por isso que eu repito: muito dinheiro na mão de poucos significa pobreza. Significa desemprego, prostituição, desnutrição e analfabetismo. Pouco dinheiro na mão de muitos significa exatamente o contrário. Significa uma ascensão social de todas as classes sociais; significa mais educação, melhor transporte, mais salário e mais crescimento", afirmou o presidente.

Ao questionar que tipo de sociedade se busca para o Brasil, Lula disse que, do ponto de vista do governo federal, o que se busca é que cada trabalhador ou trabalhadora possa consumir aquilo que ele produz. "Não foi Karl Marx quem disse isso. Foi Henry Ford. Ele disse textualmente que queria que seus trabalhadores comprassem os produtos que ele fabricava".

"O que a gente quer é transformar esse país em um país de classe média. Vocês acham que eu quero um país igual a Rússia ou a Cuba? Não! Eu quero um país com um padrão de vida igual a Suécia, Dinamarca, Alemanha".

Por fim, Lula reiterou que nos últimos 15 meses quem mais está disponibilizando crédito no país são os bancos públicos. "Eles emprestam mais do que os privados. Provavelmente porque os privados estão comprando títulos do governo a 10,5%", disse ele, em meio a críticas pelas altas de juros que acabam por desestimular investimentos em setores produtivos. (Agência Brasil)

Santana Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 58.061.516/0001-26

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas dos Exercícios Findos em 31 de março de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo/Circulante		49	79	1.849.254	1.314.262
Caixa e equivalentes de caixa	9	49	79	1.077.780	433.437
Contas correntes - Cooperativa	10	–	–	122.391	212.347
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		–	–	41.539	78.289
Estoques	11	–	–	77.726	78.340
Ativo biológico	12	–	–	427.562	418.656
Adiantamentos a fornecedores		–	–	27.352	10.770
Empréstimos a terceiros		–	–	–	13.230
Impostos a recuperar		–	–	17.253	16.854
IR e CS correntes		–	–	57.651	52.339
Não circulante		1.663.267	1.270.349	4.284.664	3.412.482
Aplicações financeiras	9	–	–	7.808	3.601
Depósitos judiciais	22	–	–	82.306	64.466
Instrumentos financeiros derivativos	27	–	–	39.382	21.522
Empréstimos a terceiros		–	–	8.788	21.558
Impostos a recuperar		–	–	17.317	15.161
		–	–	155.601	126.308
Outros investimentos		–	–	8.043	8.043
Investimentos	13	1.663.267	1.270.349	155.414	164.709
Imobilizado	14	–	–	2.351.233	1.992.019
Intangível		–	–	3.705	3.694
Direito de uso	15	–	–	1.610.668	1.117.709
Total do ativo		1.663.316	1.270.428	6.133.918	4.726.744

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo/Circulante		–	1	664.645	713.784
Fornecedores	16	–	–	144.698	137.960
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	–	–	110.487	220.701
Financiamentos - Cooperativa	18	–	–	4.945	–
Financiamentos	19	–	–	312.620	255.558
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	–	–	49.729	59.201
Salários e férias a pagar		–	–	38.862	34.404
Impostos e contribuições a recolher		–	1	3.304	5.960
Não circulante		–	–	3.512.332	2.518.272
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	15	–	–	1.676.172	1.060.446
Financiamentos - Cooperativa	18	–	–	22.673	25.533
Financiamentos	19	–	–	1.197.117	908.740
Instrumentos financeiros derivativos	27	–	–	1.776	1.776
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	17	–	–	108.143	146.774
Mútuo - Cooperativa		–	–	11.351	12.613
Passivo fiscal diferido	20	–	–	495.100	362.390
Patrimônio líquido	23	1.663.316	1.270.427	1.956.941	1.494.688
Capital social		548.492	548.492	548.492	548.492
Reservas de lucros		1.082.202	694.727	1.082.202	694.727
Reserva de reavaliação		20.360	21.869	20.360	21.869
Ajustes de avaliação patrimonial		12.262	5.339	12.262	5.339
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.663.316	1.270.427	1.663.316	1.270.427
Participação de não controladores		–	–	293.625	224.261
Total do passivo		–	1	4.176.977	3.232.056
Total do passivo e patrimônio líquido		1.663.316	1.270.428	6.133.918	4.726.744

Demonstrações de resultados	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	24	–	–	2.466.322	2.038.582
Mudança no valor justo do ativo biológico	12	–	–	4.909	(39.172)
Custo dos produtos vendidos	25	–	–	(1.761.547)	(1.585.368)
Lucro bruto		–	–	709.684	414.042
Despesas comerciais	25	–	–	(21.716)	(11.785)
Despesas administrativas e gerais	25	(35)	(21)	(41.061)	(35.252)
Outras receitas operacionais líquidas	25	–	(1)	140.696	66.245
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(35)	(22)	787.603	433.850
Receitas financeiras	26	6	3	153.478	95.030
Despesas financeiras	26	–	–	(317.989)	(269.305)
Resultado financeiro líquido	26	6	3	(164.511)	(174.275)
Resultado de equivalência patrimonial	13	385.223	232.725	22.394	58.848
Resultado antes dos impostos		385.194	232.706	645.486	318.423
IR e CS correntes		–	(1)	(59.576)	(6.543)
IR e CS diferidos	20	–	–	(132.711)	(38.091)
Resultado do exercício		385.194	232.705	453.199	273.789

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores				385.194	232.705
Acionistas não controladores				68.005	41.084
Resultado do exercício				453.199	273.789
Demonstração de resultados abrangentes					
Resultado do exercício		385.194	232.705	453.199	273.789
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de conversão e hedge reflexo de controlada		7.695	3.688	9.054	4.339
Resultado abrangente total		392.889	236.393	462.253	278.128
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				392.894	236.393
Acionistas não controladores				69.359	41.735
Resultado abrangente total				462.253	278.128

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		385.194	232.705	453.199	273.789
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	14	–	–	407.715	359.133
Valor residual do imobilizado baixado	14	–	–	8.517	9.732
Mudança no valor justo de ativos biológicos	12	–	–	(4.909)	39.172
Consumo de ativos biológicos	12	–	–	418.656	352.632
Amortização do direito de uso de arrendamento	15	–	–	246.034	296.269
IR e CS diferidos	20	–	–	132.710	38.091
IR e CS correntes	20	(1)	1	(1)	6.543
Resultado da equivalência patrimonial	13	(385.223)	(232.725)	(22.394)	(58.848)
Juros sobre financiamentos bancários	18 e 19	–	–	133.285	111.046
Juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações	17	–	–	(153)	4.581
Variações monetárias de obrigações a pagar por aquisições de ativos	17	–	–	(6.219)	7.272
Juros sobre parcerias agrícolas e arrendamentos	15	–	–	95.658	91.921
Instrumentos financeiros derivativos	27	–	–	(17.860)	(18.611)
Variação dos ativos e passivos					
Contas correntes - Cooperativa		–	–	89.956	(70.167)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		–	–	36.751	(61.071)
Estoques		–	–	614	(27.147)
Adiantamentos a fornecedores		–	–	(16.582)	1.178
Impostos a recuperar		–	–	(2.555)	(8.781)
Depósitos judiciais		–	–	(17.840)	(16.822)
Empréstimos a terceiros		–	–	26.000	13.916
Intangível				(11)	–
Fornecedores		–	–	6.738	58
Salários e férias a pagar		–	–	4.456	5.439
Impostos e contribuições a recolher		–	–	50.738	(1.260)
Contas a pagar - Partes relacionadas		–	–	4.446	(1.910)
IR e CS pagos		–	–	(54.821)	(26.968)
Pagamento de juros sobre financiamentos bancários	18 e 19	–	–	(108.351)	(76.685)
Pagamento de juros sobre obrigações a pagar por aquisições de participações	17	–	–	(15.806)	(7.507)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(30)	(19)	1.847.971	1.234.995
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aumento de Capital		–	80	–	(2.824)
Dividendos recebidos	13	–	–	36.297	34.012
Aquisição de ativos biológicos	12	–	–	(422.653)	(401.518)
Aplicação Financeira		–	–	(4.207)	(3.601)
Aquisição de imobilizado	14	–	–	(775.446)	(542.538)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		–	80	(1.166.009)	(916.469)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos					
Mútuo - Cooperativa		–	–	(1.262)	(688)
Pagamentos de financiamentos - Cooperativa	18	–	–	(1.982)	(3.489)
Financiamentos bancários tomados	19	–	–	470.000	350.000
Pagamentos de financiamentos bancários	19	–	–	(149.311)	(135.350)
Financiamentos de obrigações a pagar por aquisições de ativos	17	–	–	10.122	20.654
Pagamentos de obrigações a pagar por aquisições de participações	17	–	–	(36.047)	(51.973)
Pagamentos de parcerias agrícolas e arrendamento mercantil	15	–	–	(329.139)	(354.736)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		–	–	(37.619)	(175.582)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(30)	61	644.343	142.944
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9 e 28	79	18	433.437	290.493
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9 e 28	49	79	1.077.780	433.437
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(30)	61	644.343	142.944

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Retenção de lucros	Reserva de reavaliação em controlada	Ajustes de avaliação patrimonial em controlada	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/03/2022		548.412	53.069	406.666	23.396	2.411	–	1.033.954	182.526	1.216.480
Adiantamento para futuro aumento de capital		80	–	–	–	–	–	80	–	80
Realização do custo atribuído		–	–	–	(1.527)	(760)	2.287	–	–	–
Ajustes reflexos de avaliação patrimonial de controlada	23 c)	–	–	–	–	3.688	–	3.688	651	4.339
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	232.705	232.705	41.084	273.789
Destinações										
Reserva legal	23 b)	–	11.636	–	–	–	(11.636)	–	–	–
Reserva de lucros	23 b)	–	–	223.356	–	–	(223.356)	–	–	–
Saldos em 31/03/2023		548.492	64.705	630.022	21.869	5.339	–	1.270.427	224.261	1.494.688
Realização do custo atribuído		–	–	–	(1.509)	(772)	2.281	–	–	–
Ajustes reflexos de avaliação patrimonial de controlada	23 c)	–	–	–	–	7.695	–	7.695	1.359	9.054
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	385.194	385.194	68.005	453.199
Destinações										
Reserva legal	23 b)	–	19.260	–	–	–	(19.260)	–	–	–
Reserva de lucros	23 b)	–	–	368.215	–	–	(368.215)	–	–	–
Saldos em 31/03/2024		548.492	83.965	998.237	20.360	12.262	–	1.663.316	293.625	1.956.941

A Diretoria — **Contador: Wilson Zago Junior** - CRC/SP 271085/O-7

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia e no link https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

COMUNIDADE RELIGIOSA JOÃO XXIII

CNPJ nº 62.520.226/0001-70

1º Oficial de Registro das Pessoas Jurídicas - Capital

A **Assembleia Geral Ordinária** da "Comunidade Religiosa João XXIII", realizada em data de **07 de junho de 2.024**, **aprovou por unanimidade** o Relatório Anual de Atividades, relativo ao exercício de 2.023 e o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro do mesmo ano e seu Relatório explicativo.

São Paulo, 10 de junho de 2024

FREI ANACLETO LUIZ GAPSKI, O.F.M. – Diretor Presidente - C.P.F.: 397.515.707-00
JOSÉ CARLOS MACEDO SOARES BUSCH – Secretário - C.P.F.: 127.230.448-58

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1023978-54.2021.8.26.0001**. Classe: Assunto: Execução. de Título Extrajudicial - Inadimplemento. Requerente: Pedro Garcias de Rossi. Requerido: Pablo Nunes Gomes e outro. Prioridade Idoso. Tramitação prioritária. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023978-54.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiana Tsuchiya, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MATHEUS HENRIQUE NASCIMENTO TAIRA, CPF 541.762.908-11, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Pedro Garcias de Rossi, alegando em síntese: ação de despejo por falta de pagamento convertida em execução, objetivando a quantia de R$ 36.748,70 (janeiro de 2022), representada pelo Contrato de Locação Residencial do imóvel situado na Rua Santo Anselmo, 178, Vila Guilherme, São Paulo/SP, CEP: 02075-080. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de junho de 2024. 27 e 28 / 06 / 2024.

VÉRTICE SECURITIZADORA S.A.

Em Constituição

Extrato da Ata da Assembleia Geral de Constituição

Realizada em 07/05/2024, às 11h, na sede social, localizada na cidade de Guarulhos/SP. **Convocação e Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta-Convite, entregue em 20/04/2024, estando assim dispensada a convocação por Edital. **Presença de Acionistas**: Estiveram presentes todos os Acionistas, a saber, Sr. **Marcelo de Lima Fernandes,** Sra. **Soraia Gabriele Lopes de Santana Sousa, Guia Asset Participações Ltda.,** neste ato representada pelos Srs. **José Antonio Floresi Guizardi e José Henrique Floresi Guizardi,** Sr. **Silvio Carlos Eugenio Barreto,** Sr. **Sérgio Lorenzetti da Silva,** e Sra. **Luciane Lorenzetti Bordon**, na qualidade de subscritores do Capital Social da empresa ora constituída, conforme as assinaturas apostas na Lista de Presença e no Boletim de Subscrição das quotas, representando assim, 100% do Capital Social votante. **Mesa: Presidente:** Sr. **Marcelo de Lima Fernandes**, **Secretária: Soraia Gabriele Lopes de Santana Sousa**. **Deliberações**: O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia de Constituição da sociedade **Vértice Securitizadora S.A.**, e, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições foi aprovada a constituição da empresa e o estatuto social. Guarulhos, 07/05/2024. Mesa: **Presidente: Sr. Marcelo de Lima Fernandes**; **Secretária: Soraia Gabriele Lopes de Santana Sousa**. **JUCESP - NIRE -** 353006408-11 em 07/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VOTORANTIM cimentos

Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/MF nº 01.637.895/0001-32 - NIRE 35.3.0037055.4

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996 - 12º andar - Conjunto 122, Vila Olímpia, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04547-006. **2. Convocação:** A convocação foi dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, nos termos do § 1º do artigo 134 da Lei das S.A., o representante da administração, Sr. **Osvaldo Ayres Filho. 4. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Luiz Antonio dos Santos Pretti** e secretariados pelo Sr. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira,** nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. **5. Publicações:** Os presentes consideraram sanada a falta de publicação dos anúncios de "Aviso aos Acionistas", conforme o disposto no § 4º do artigo 133 da Lei das S.A. O relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram publicados, de forma resumida, no jornal "O Dia SP" em 27 de março de 2024, páginas 09 e 10, e na íntegra, na página do mesmo jornal na internet (www.jornalodiasp.com.br), páginas 19 a 26, em conformidade com o disposto no parágrafo 5º do artigo 133 da Lei das S.A., os quais integram a presente ata como seu Anexo I. **6. Ordem do Dia:** Composta a mesa, o Presidente declarou iniciados os trabalhos e solicitou a leitura da Ordem do Dia a fim de examinar, discutir e votar a respeito do seguinte: **6.1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; **(iii)** deliberar sobre a ratificação da deliberação do Conselho de Administração da Companhia referente às distribuição de dividendos intercalares; **(iv)** deliberar sobre a data para pagamento dos dividendos aos acionistas; **(v)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; e **(vi)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** deliberar sobre a retificação do endereço da sede da Companhia e a consequente modificação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. **7. Deliberações:** Preliminarmente, os acionistas aprovaram a lavratura da ata destas Assembleias gerais em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Após, instaladas as Assembleias, foi dispensada a leitura dos documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., por ausência de requerimento dos acionistas presentes, nos termos do artigo 134 das Lei das S.A. Examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia e os respectivos documentos, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: **7.1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar,** integralmente e sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii) Aprovar** a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme a proposta da administração, no valor de R$ 2.433.700.384,76 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, setecentos mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos) da seguinte forma: **(a)** R$ 121.685.019,24 (cento e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e dezenove reais e vinte e quatro centavos), correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, destinados à formação da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.; **(b)** R$ 82.574.394,98 (oitenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos) destinados à formação da reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A.; **(c)** R$ 557.360.242,64 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e sessenta mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do disposto no artigo 202 da Lei das S.A. e no artigo 47 do Estatuto Social da Companhia, sem retenção de imposto de renda na fonte, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.249/95; e **(d)** R$ 1.669.061.727,91 (um bilhão, seiscentos e sessenta e nove milhões, sessenta e um mil setecentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos) - após os efeitos de ajustes contábeis de exercícios anteriores - destinados à conta de Reserva de Retenção de Lucros, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. **(iii) Ratificar** a declaração de dividendos intercalares imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme facultado pelo artigo 48 do Estatuto Social da Companhia, deliberada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral, no valor de R$ 488.306.992,23 (quatrocentos e oitenta e oito milhões, trezentos e seis mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e três centavos), pagos aos acionistas em 29 de fevereiro de 2024; **(iv) Deliberar** que até o dia 31 de dezembro de 2024 será pago aos acionistas o saldo restante do dividendo mínimo obrigatório declarado nesta Assembleia Geral, na proporção de suas participações no capital social, no valor de R$ 69.053.250,41 (sessenta e nove milhões, cinquenta e três mil duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos); **(v) Aprovar** a dispensa da instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024; e **(vi) Aprovar** a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 no montante de R$ 30.593.068,79 (trinta milhões, quinhentos e noventa e três mil e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos), cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, distribuir a remuneração ora aprovada aos órgãos da Administração. **7.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar** a retificação do endereço da sede da Companhia para fazer constar o CEP correto como sendo o **04547-905,** dado que a Prefeitura da Cidade de São Paulo alterou a sua base de informações e, por consequência, atualizou o CEP do endereço da sede da Companhia. Em decorrência da alteração ora aprovada, modificar o *caput* do artigo *2º* do Estatuto Social da Companhia para que passe a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 2º - A Companhia tem sua sede, administração e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996 - 12º andar - Conjunto 122, Vila Olímpia, CEP 04547-905. (...)".* **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos acionistas presentes, a saber: **Sr. Luiz Antonio dos Santos Pretti -** Presidente da Mesa; **Sr. Pedro Cardoso Manduca Ferreira -** Secretário; **Acionistas: Votorantim S.A.** e **VP Gestão Ltda. -** por seus Diretores, Srs. Glaisy Peres Domingues e Sérgio Augusto Malacrida Junior. *A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.* São Paulo/SP, 30 de abril de 2024. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 209.739/24-1 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

HEFTOS

HEFTOS ÓLEO E GÁS CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 34.125.700/0001-24

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.694
Clientes	33.471	64.170
Estoques	15.131	21.652
Adiantamento a fornecedores	107	1.118
Impostos a recuperar	28.002	19.948
Despesas antecipadas	22	66
Outras contas a receber	123.670	1
	200.413	**109.649**
Ativo não circulante		
Outras contas a receber	2.279	153
Imposto de renda e contribuição social diferida	59.255	37.126
Imobilizado	49.105	51.733
Intangível	94.220	106.000
	204.859	**195.012**
Total do ativo	**405.272**	**304.661**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Arrendamento por direito de uso	-	102
Empréstimos e financiamentos	3.476	13.592
Fornecedores	24.119	23.050
Salários, provisão para férias e encargos sociais	29.135	32.425
Obrigações tributárias	41.709	14.524
Obrigações tributárias - Parcelamentos Tributários	74.699	15.607
Outras contas a pagar	932	-
	174.070	**99.300**
Passivo não circulante		
Arrendamento por direito de uso	-	341
Empréstimos e financiamentos	1.020	2.875
Obrigações tributárias – Parcelamentos Tributários	-	39.612
Provisão para Contingências	3.291	-
Obrigações tributárias – Diferido s/ receitas	3.852	4.504
Outras contas a pagar	5.780	11.734
	13.943	**59.066**
Total do passivo	**188.013**	**158.366**
Patrimônio líquido		
Capital social	327.970	214.049
Prejuízos acumulados	(110.711)	(67.754)
	217.259	**146.295**
Total do passivo e patrimônio líquido	**405.272**	**304.661**

Demonstrações do Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de venda e serviços prestados, líquida	161.922	278.301
Custos na venda de produtos e serviços prestados	(149.834)	(289.267)
Lucro(Prejuízo) bruto do exercício	**12.088**	**(10.966)**
Receita (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(42.863)	(27.720)
Despesa de amortização do intangível	(15.733)	(15.733)
Outras receitas e (despesas) operacionais	1.951	4.509
	(56.645)	**(38.944)**
Prejuízo operacional	**(44.557)**	**(49.910)**
Receitas financeiras	462	483
Despesas financeiras	(20.990)	(13.727)
	(20.528)	**(13.244)**
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(65.085)**	**(63.154)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22.129	37.126
Prejuízo do exercício	**(42.956)**	**(26.028)**
Atribuído aos acionistas controladores	(42.956)	(26.028)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-
Prejuízo por ação - R$	(0,13)	(0,12)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(42.956)	(26.028)
Total do resultado abrangente do exercício	**(42.956)**	**(26.028)**
Atribuível a		
Acionistas controladores	(42.956)	(26.028)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Ajustes exercícios anteriores	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**214.049**	**-**	**(41.690)**	**172.359**
Ajuste de exercícios anteriores	-	(37)	-	(37)
Prejuízo do exercício	-	-	(26.028)	(26.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**214.049**	**(37)**	**(67.718)**	**146.294**
Aumento de capital social	113.921	-	-	113.921
Prejuízo do exercício	-	-	(42.956)	(42.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**327.970**	**(37)**	**(110.674)**	**217.259**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro ou Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(65.085)	(63.154)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	18.796	18.883
Efeito líquido da baixa de imobilizado	(4.388)	(5.969)
Provisão para obrigações legais	3.291	-
	(47.386)	**(50.276)**
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Clientes	30.699	(30.930)
Estoques	6.521	(3.511)
Impostos a recuperar e outros créditos	(133.805)	(12.237)
Adiantamento a fornecedores	1.011	8.786
Fornecedores	1.069	9.492
Arrendamento por direito de uso	(444)	444
Salários, provisão férias e encargos sociais	(3.290)	8.629
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	46.013	50.319
Outras contas a pagar	(5.022)	9.895
	(57.248)	**40.887**
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(104.634)**	**(9.389)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(11.971)	(2.541)
Aumento de capital social	113.921	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**101.950**	**(2.541)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.684)**	**(11.930)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.694	14.624
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	2.694
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2.684)**	**(11.930)**

Demonstrações dos Valores Adicionados

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
1 - Receitas		
1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	190.891	330.931
	190.891	**330.931**
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros		
2.1 -Custo venda de produtos e serviços	(14.831)	(32.267)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.882)	(79.565)
	(54.713)	**(111.832)**
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**136.178**	**219.099**
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão	(18.796)	(18.883)
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3 - 4)	**117.382**	**200.216**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência		
6.2 - Receitas financeiras	462	483
6.4 - Avaliação valor justo / deságio	4.489	4.489
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**122.333**	**205.188**
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 - Pessoal - salários e encargos	137.925	202.352
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	9.201	28.384
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	18.163	480
8.4.1 - Prejuízo do exercício	(42.956)	(26.028)
Valor Adicionado Distribuído	**122.333**	**205.188**

Ivan de Carvalho Júnior - Diretor Presidente — **Bernardino Mendes -** Diretor de Operações — **Juliana de Carvalho Piepenbrink** Contadora (CRC nº SP-278255/O-0)

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS COM AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS ENCONTRAM-SE NA SEDE DA SOCIEDADE.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Heftos Óleo & Gás Construções S.A. -** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Heftos Óleo & Gás Construções S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Heftos Óleo & Gás Construções S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de junho de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
BDO
Viviene Alves Bauer
Contadora CRC 1 SP 253472/O-2

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1003183-89.2019.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Bela Brusilowsky Tamezgui. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 40 DIAS. PROCESSO Nº **1003183-89.2019.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Sachsida Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BELA BRUSILOWSKY TAMEZGUI, CPF 321.383.858-68, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 44.402,17 (janeiro de 2019), decorrente da prestação de serviços médico/hospitalares, Nota Fiscal de Serviço n°08026901. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de junho de 2024. 28 e 29/06/2024

IPORANGA NEGÓCIOS S.A.

CNPJ: 62.618.145/0001-08 NIRE: 35.3.0027234-0

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do Art. IV – 1 do Estatuto Social da Iporanga Negócios S.A., sociedade por ações fechada, CNPJ 62.618.145/0001-08 ("Companhia"), convoca os acionistas da Companhia a se reunir em **AGOE, no dia 15/07/2024, às 9:00h** na Av. Jabaquara, 1.771, cj. 503 do Condomínio Chronos Offices, bairro de Mirandópolis, CEP: 04045-003, SP/SP para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (I) Em **AGO:** (a) deliberar sobre a destinação dos lucros acumulados até 31/12/2023; (b) deliberar sobre a eleição dos membros da diretoria para o próximo mandato e ratificação de eventuais atos da diretoria desde a expiração do prazo do último mandato; (II) Em **AGE:** (a) deliberar sobre a alteração da sede social da Companhia para Av. Jabaquara, 1.771, cj. 503 do Condomínio Chronos Offices, bairro de Mirandópolis, CEP: 04045-003, SP/SP; (b) deliberar sobre a proposta de venda de ativo da Companhia, especificamente o bem imóvel denominado Apartamento 154 sito à Av. Moema, 425, 15º andar do Edifício Real Moema, bairro de Moema, CEP: 04077-021, SP/SP, matrícula 179.120 do 14º Registro de Imóveis da Capital/SP; (c) deliberar sobre outros assuntos de interesse social. Não havendo número suficiente de acionistas para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a AGOE será realizada em segunda convocação, na forma da lei. Todos os documentos de suporte para a análise da Ordem do Dia encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia. SP, 24/06/2024.

José Eduardo Papa dos Santos (Acionista e Diretor).

Ex-diretores da Americanas alvos da PF entram na lista da Interpol

Os dois ex-diretores do grupo Americanas investigados pela Operação Disclosure da Polícia Federal (PF) foram incluídos na lista de Difusão Vermelha da Interpol, a polícia internacional. Segundo a PF, os dois alvos de prisão preventiva encontram-se foragidos no exterior.

Com a inclusão dos nomes, as polícias de outros países sabem que eles são procurados no Brasil e podem prendê-los, se decidirem por isso.

Os ex-diretores, cujos nomes não foram divulgados pela PF, são acusados de participação em fraudes contábeis que chegam a R$ 25,3 bilhões, segundo a Polícia Federal (PF). Além dos mandados de prisão preventiva, os agentes cumprem na quinta-feira (27), 15 mandados de busca e apreensão e o sequestro de bens e valores autorizados pela Justiça, que somam mais de R$ 500 milhões.

As investigações, que contaram com a colaboração da atual diretoria do grupo Americanas, também tiveram a participação do Ministério Público Federal (MPF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

De acordo com a PF, os alvos da operação praticaram fraudes contábeis relacionadas a operações de risco sacado, que consiste numa operação na qual a varejista consegue antecipar o pagamento a fornecedores por meio de empréstimo junto aos bancos.

"Também foram identificadas fraudes envolvendo contratos de verba de propaganda cooperada (VPC), que consistem em incentivos comerciais que geralmente são utilizados no setor, mas no presente caso eram contabilizadas VPCs que nunca existiram", informou a PF, por meio de nota, divulgada no início da manhã.

Também por meio de nota, o grupo Americanas informou que reitera sua confiança nas autoridades que investigam o caso "e reforça que foi vítima de uma fraude de resultados pela sua antiga diretoria". De acordo com a empresa os ex-diretores manipularam, de forma intencional, os controles internos existentes. "A Americanas acredita na Justiça e aguarda a conclusão das investigações para responsabilizar judicialmente todos os envolvidos".

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), foi formalizado um acordo de colaboração premiada com dirigentes da empresa que manifestaram interesse em colaborar com as investigações. Além disso, houve intensa cooperação com um comitê externo constituído pela empresa para apurar as fraudes.

Ainda de acordo com o órgão, foram ouvidos colaboradores, investigados, realizadas perícias e análises em materiais fornecidos pela empresa e pelos colaboradores.

Em junho de 2023, segundo o MPF, a empresa comunicou oficialmente ao mercado que encontrou inconsistências nas demonstrações financeiras, reforçando a existe˜ncia da fraude contaibil. (Agência Brasil)

85% dos incêndios ocorrem em terras privadas do Pantanal

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, declarou na quinta-feira (27) que 85% dos incêndios que afetam o Pantanal há quase 90 dias estão acontecendo em terras privadas. "Neste momento, não temos incêndio em função de ignição natural", complementou.

A afirmação foi feita durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, que reúne representantes da sociedade civil e do governo no assessoramento ao presidente da República.

Marina afirmou ainda que o município de Corumbá responde atualmente por metade dos incêndios em Mato Grosso do Sul e também é o que mais desmatou, atingindo 52% do seu território. "Os municípios que mais desmatam são os que mais têm incêndio", ressaltou.

Para a ministra, neste ano, a situação foi agravada pelos efeitos da mudança do clima causada por ações humanas. "Nós estamos vivendo um momento muito particular de nossa trajetória nesse planeta. Tivemos no ano de 2023 um dos anos mais intensos em termos de eventos climáticos extremos, com os problemas das onda de calor, de seca, de enchentes extremas. Isso é um sinal inequívoco de que a mudança do clima já é uma realidade", disse.

Os efeitos dos extremos climáticos levaram a Agência Nacional de Águas (ANA) a declarar situação crítica de escassez de recursos hídricos na Bacia do Paraguai, ainda em maio. Uma nota técnica divulgada pelo Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa-UFRJ), no início desta semana, aponta que, entre 1º de janeiro e 23 de junho de 2024, a área queimada no bioma alcançou 627 mil hectares, ultrapassando em 142,9% os 258 mil hectares queimados em 2020.

Em entrevista coletiva na manhã de hoje, o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, informou que a chegada de uma frente fria ao Pantanal na quarta-feira (26) favoreceu o trabalho das equipes que atuam no combate às queimadas e diversos focos puderam ser extintos.

Durante a entrevista, a tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Tatiane Inoue, que comanda as operações, informou que, de 1º janeiro a 25 de junho, o fogo já consumiu 530 mil hectares no Pantanal de Mato Grosso do Sul. "O cenário é bem mais crítico que em 2020, porém a nossa estrutura já está muito maior e organizada", afirmou.

Segundo o governo estadual, atuam diretamente na força-tarefa 74 bombeiros militares, dos quais 51 na Guarnição de Combate a Incêndios Florestais em solo. Quatro estão empenhados nas operações aéreas e 19 compõem o Sistema de Comando de Incidentes, que monitora as atividades.

A Casa Civil da Presidência da República informou que 145 brigadistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), 40 brigadistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e 53 combatentes da Marinha reforçam a equipe estadual no enfrentamento ao fogo.

Cinco aeronaves modelo Air Tractor, com capacidade de deslocar grandes volumes de água, também atuam na operação, sendo quatro cedidas pelo Ibama e uma do Corpo de Bombeiros do estado.

Ainda hoje está prevista a chegada de 40 agentes da Força Nacional de Segurança Pública, com mais em 15 viaturas. O grupo saiu de Brasília na última terça-feira (25).

De acordo com o diretor de Operações integradas e de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Rodney da Silva, a maior parte do contingente deslocado é composta por efetivo mobilizado do Corpo de Bombeiros Militar de outros estados. Segundo Silva, esse é um modelo que será adotado em uma rede nacional a ser viabilizada pela integração do Corpo de Bombeiros em todo o país com a Força Nacional.

"O objetivo desse novo projeto é não apenas gerenciar crises, mas sim gerenciar riscos nas áreas de maior probabilidade de ocorrência de sinistros ao longo do ano", explicou o diretor. (Agência Brasil)

Dólar cai para R$ 5,50 após queda na criação de empregos

Após uma semana de turbulências, o mercado financeiro teve um dia de trégua na quinta-feira (27). O dólar fechou com pequena queda um dia depois de atingir o maior nível em dois anos e meio. A bolsa de valores disparou e fechou no maior nível em quase um mês.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 5,508, com recuo de R$ 0,011 (-0,20%). A cotação iniciou o dia em baixa, chegando a R$ 5,48 por volta das 9h45, subiu para R$ 5,53 por volta das 12h30, mas inverteu o movimento e passou a cair perto do fim das negociações.

Com o desempenho da quinta-feira, a moeda norte-americana sobe 4,93% em junho. Em 2024, a divisa acumula alta de 13,5%.

O mercado de ações teve mais um dia de recuperação. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 124.556 pontos, com alta de 1,29%. O indicador foi sustentado por ações de empresas exportadoras, mas ganhou o reforço de empresas varejistas e de bancos após a divulgação do mercado formal de trabalho em maio.

Tanto fatores internos como externos contribuíram para o alívio no mercado financeiro. No mercado internacional, as taxas dos títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta, caíram após declarações de um dirigente do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) de que o órgão pode promover um corte de juros em 2024. Juros menos altos em economias avançadas reduzem a fuga de recursos de países emergentes, como o Brasil.

Na economia doméstica, a divulgação de que a criação de empregos caiu para 131,8 mil em maio, com o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul, impulsionou o mercado financeiro. Isso porque a desaceleração reduz as chances de o Banco Central voltar a aumentar os juros no segundo semestre.

Juros mais baixos no Brasil estimulam a migração de investimentos da renda fixa para a bolsa de valores, de maior risco. Em relação ao dólar, além da melhoria no cenário externo, uma declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que há espaço para corte de gastos e elogiando o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, trouxe alívio. A moeda norte-americana só não caiu mais por causa de pressões de fim de semestre, como as remessas de lucros por multinacionais, que aumentam a demanda de dólares no Brasil. (Agência Brasil)

Casos de síndrome respiratória aguda grave aumentam em dez estados

O novo boletim do InfoGripe, divulgado na quinta-feira (27), revela aumento do número de casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) em dez estados: Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo.

O aumento é decorrente dos vírus influenza A, sincicial respiratório (VSR) e rinovírus, que indicam retomada de crescimento na maioria dos estados da região centro-sul do Brasil. Além disso, alguns estados do Norte, como Amapá, Roraima e Ceará, também registram manutenção do aumento de VSR em crianças pequenas.

No agregado nacional, há início de estabilidade de SRAG tanto na tendência de longo prazo (últimas seis semanas) quanto na de curto prazo (últimas três semanas). Referente à Semana Epidemiológica 25, de 16 a 22 de junho, o estudo tem como base os dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até o dia 24 de junho.

A covid-19 tem se mantido em patamares baixos quando comparada a seu histórico de circulação. Contudo, o vírus tem sido a principal causa de internação por SRAG entre os idosos no estado do Ceará nas últimas semanas. Além disso, alguns estados do Norte e Nordeste também têm apresentado uma leve atividade de covid-19.

A pesquisadora do Programa de Computação Científica da Fiocruz (Procc/Fiocruz) e do InfoGripe Tatiana Portella diz que ainda não tem nenhum sinal claro de crescimento de circulação da covid tanto no país, sobretudo nessas regiões. "No entanto, esse início de atividade do vírus nas regiões Norte e Nordeste merece a nossa atenção nas próximas semanas. É importante que os hospitais e as unidades de síndrome gripal dessas regiões reforcem a atenção para qualquer sinal de aumento na circulação do vírus", alerta Tatiana.

Diante desse cenário, a pesquisadora destaca a importância da vacinação, tanto da influenza quanto da covid-19, de todos os elegíveis para se imunizar. Além disso, alguns cuidados, como o uso de máscaras em locais fechados com maior aglomeração de pessoas e em postos de saúde, são recomendados, sobretudo aos moradores das regiões que apresentam alta na circulação de vírus respiratórios. Tatiana recomenda que, em caso de aparecimento de sintomas, a pessoa se isole, se possível, para evitar a transmissão do vírus a outros indivíduos que ainda não foram infectados e que são grupo de risco, como idosos, crianças e pessoas com comorbidades.

Nas quatro últimas semanas epidemiológicas, a prevalência entre os casos com resultado positivo para vírus respiratórios foi de influenza A (22,6%), influenza B (0,8%), vírus sincicial respiratório (47,2%) e Sars-CoV-2/Covid-19 (6%). Entre os óbitos, a presença desses mesmos vírus entre os positivos foi de influenza A (47,1%), influenza B (0,3%), vírus sincicial respiratório (21,5%), e Sars-CoV-2/Covid-19 (22,4%). (Agência Brasil)

CNJ fará mutirão carcerário para cumprir decisão do STF sobre maconha

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou na quinta-feira (27) que vai realizar mutirões carcerários para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal.

Na quarta-feira (26), o Supremo que reconheceu a quantidade de 40 gramas para diferenciar usuários e traficantes e garantiu que usuários não podem ser presos.

Durante o julgamento, o STF determinou que o conselho estabeleça os parâmetros para o cumprimento da decisão, que passará a ser cumprida após o órgão ser notificado. O CNJ é chefiado pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso.

No país, há pelo menos 6,3 mil processos que envolvem o porte de maconha. As ações estavam suspensas e aguardavam a decisão do STF sobre a descriminalização.

A decisão do Supremo não legaliza o porte de maconha. O porte para uso pessoal continua como comportamento ilícito, ou seja, permanece proibido fumar a droga em local público, mas as consequências passam a ter natureza administrativa, e não criminal. (Agência Brasil)

Países do Mercosul condenam tentativa de golpe na Bolívia

Os países-membros do Mercosul manifestaram na quinta-feira (27) "profunda preocupação e enérgica condenação" à tentativa de golpe sofrida pelo governo da Bolívia na quarta-feira (26). Em comunicado, os Estados partes e associados do bloco afirmam que o ato descumpre os princípios internacionais da vida democrática e, em particular, do Mercosul.

"Em consonância com os princípios do Direito Internacional, rejeitam qualquer tentativa de mudança de poder por meio da violência e de forma inconstitucional que atente contra a vontade popular, soberania, autodeterminação dos povos e que vulnerabilize a estabilidade política e social do país irmão", informou a nota do bloco.

Os membros do Mercosul também expressaram solidariedade e apoio irrestrito à institucionalidade democrática do governo constitucional do presidente Luis Arce e suas autoridades democraticamente eleitas.

Atualmente, o Mercosul é formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os estados associados são Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

A Bolívia encontra-se atualmente em processo final de ingresso no bloco, o que deve ser formalizado na próxima Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Assunção, no Paraguai, nos dias 7 e 8 de julho. Todos os países já ratificaram a entrada da Bolívia no Mercosul, inclusive o Brasil.

Tentativa de golpe

Na quarta-feira (26), um grupo de soldados do Exército, liderado pelo general Juan José Zúñiga, se reuniu na praça central Plaza Murillo, onde estão localizados o palácio presidencial e o Congresso boliviano. Com tanques blindados, eles arrombaram uma porta do palácio presidencial, o que permitiu que os soldados entrassem no prédio.

O presidente Luis Arce nomeou novos comandantes para as Forças Armadas e os soldados acabaram se retirando do local. Zúñiga e cerca de uma dezena de militares bolivianos já foram presos. (Agência Brasil)

STF tem maioria para garantir atendimento de pessoas trans no SUS

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, na quinta-feira (27), maioria de votos para garantir o atendimento de pessoas transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS).

Seis dos onze ministros votaram para determinar que as consultas e exames de todas as especialidades nos hospitais públicos devem ser realizados de forma independente do registro oficial do sexo biológico.

A sessão virtual termina nesta sexta-feira (28). A Corte decide se referenda a liminar proferida em 2021 pelo ministro Gilmar Mendes para garantir o direito às consultas.

Na ação, protocolada pelo PT ainda no governo de Jair Bolsonaro, o partido alegou que pessoas trans não conseguem ter acesso aos serviços públicos de saúde após alteração do registro civil.

A legenda relatou casos de homens transexuais que conservam o aparelho reprodutor feminino e não conseguem agendar consultas ginecológicas. Da mesma forma, mulheres trans tiveram acesso negado a urologistas e proctologistas.

A restrição, segundo o partido, ofende os princípios constitucionais do direito à saúde e à dignidade da pessoa humana.

Ao reafirmar o seu voto no julgamento, Gilmar Mendes entendeu que o atendimento deve ser garantido de acordo com as necessidades do cidadão.

"A matéria discutida nestes autos nada tem a ver com qualquer espécie de ativismo ou pauta de costumes. Ao invés, trata-se de questão de saúde pública que não comporta tergiversações. Deve ser garantida à população LGBTQIA+ o pleno e irrestrito acesso às políticas públicas de saúde ofertadas pelo Estado em condições de igualdade com todo e qualquer cidadão brasileiro", afirmou.

O posicionamento do ministro foi seguido por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Edson Fachin. Os votos dos ministros aposentados Ricardo Lewandowski e Rosa Weber também foram contabilizados por terem sido proferidos ao longo da tramitação do caso no STF. (Agência Brasil)

PGR é contra soltura de irmãos Brazão e Rivaldo Barbosa

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou na quinta-feira (27) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer para manter a prisão dos irmãos Domingos e Chiquinho Brazão e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa. Eles estão presos desde março deste ano pelo suposto envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

No parecer, o vice-procurador Hidenburgo Chateaubriand afirma que os três acusados devem continuar presos. A custódia, segundo a PGR, é necessária para garantia da ordem pública e o andamento das investigações. O pedido de soltura foi feito ao Supremo pela defesa dos acusados.

"Esse quadro, em virtude do qual se justificou a decretação das prisões que os denunciados pretendem agora ver revogadas, não sofreu nenhuma alteração. Os elementos fáticos permanecem rigorosamente os mesmos, não havendo, portanto, motivo para que se desfaçam as decisões que foram, com base neles, proferidas", argumentou o procurador.

O pedido para soltar os três acusados foi feito ao ministro Alexandre de Moraes, que é relator do caso. Segundo as defesas, não há perigo de fuga e medidas menos gravosas podem ser determinadas pelo ministro.

Na terça-feira (18), o Supremo transformou em réus o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Domingos Brazão, o irmão dele, Chiquinho Brazão, deputado federal (sem partido-RJ), o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa e o major da Polícia Militar Ronald Paulo de Alves Pereira. Todos respondem pelos crimes de homicídio e organização criminosa. (Agência Brasil)

Conab faz leilões para compra de cestas de alimentos para os yanomami

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) executou na quinta-feira (27) dois leilões eletrônicos para adquirir 55.470 cestas de alimentos. Em nota, a entidade informou que as operações são destinadas ao atendimento de povos indígenas yanomami nos estados de Roraima e do Amazonas, "como continuidade das ações de abastecimento regular aos grupos que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional".

Os recursos para a operação estão assegurados por plano de trabalho firmado entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), segundo a nota. "O quantitativo de cestas inicialmente previsto integra uma demanda total de 162.876 cestas para distribuição ao longo de 12 etapas, com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai)."

O primeiro leilão prevê a aquisição de 30.180 unidades, a serem entregues em Boa Vista e, com logística organizada pela Funai, também no Polo Base de Surucucu, na parte roraimense do território yanomami. Já no segundo leilão, 25.290 unidades devem beneficiar comunidades do Polo Base de Auaris, em Roraima, e do Amazonas. Nas duas operações, segundo a Conab, a previsão é de entregas regulares, realizadas em etapas, até novembro de 2024. (Agência Brasil)